

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 049

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE ABRIL DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Carlos Simões e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Requeiro chamada nominal dos senhores deputados, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos deputados**)

Suspendo a chamada nominal.

Está em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Proposta de Emenda à Constituição:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. Único - Insere novo parágrafo no artigo 180, da Constituição Estadual do Paraná, referente ao Capítulo II- da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I - da Educação:

“Art. 180 -.....

§ 4º - As Universidades do Estado do Paraná, terão autonomia para contratar um executivo que administre, gerencie e seja o interlocutor da instituição.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) **MOYSÉS LEÔNIDAS**

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Nelson Garcia, Nelson Tureck, Ademir Bier, Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Neivo Beraldin, Ademar Traiano, Fernando Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Basílio Zanusso, Miltinho Pupio, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Serafina Carrilho, Divanir Braz Palma, Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

Propomos, com a apresentação desta proposição, que as universidades estaduais contratem um executivo que desenvolva ações empreendedoras exigidas pelo mercado, pois nem sempre o reitor tem a visão administrativa do setor, gerando conseqüências negativas para a própria instituição. Assim, ele exerce, de fato, sua magnificência, desempenhando uma função política, fundamental para a manutenção da mesma.

O mercado, em todos os segmentos que o compõe, está cada vez mais competitivo. As organizações necessitam de uma visão estratégica, ou sua permanência torna-se frágil e logo será extinta do meio empresarial. Isso só é possível quando há presença de profissionais qualificados, que tenham a habilidade de torná-la competitiva em todos os níveis empresariais.

O segmento educacional vem crescendo de forma rápida, o que não acontecia há alguns anos. Hoje, temos

faculdades, universidades, instituições de ensino das mais variadas áreas e outras aguardando autorização do Ministério da Educação. Algumas conquistam boa participação no mercado, devido à visão administrativa adquirida pela composição do quadro funcional, ou seja, executivos com habilidade de realizar uma reengenharia adequada, moderna e nos moldes exatos para capitalizar à instituição.

As Universidades Estaduais do Paraná devem buscar esta participação no mercado: cumprir com seu papel político, mas também empresarial.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja reincluído, na Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 471/99, que objetiva isentar de pedágio os veículos transportadores de insumos agrícolas.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 974

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 915

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 642/2001, item 05, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 971

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação do Projeto de Lei nº 704/2001 aos Projetos de Lei nºs 262/2001 e 226/2001, que já se encontram anexados, que objetivam criação de agência reguladora de serviços públicos.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 972

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 176/2002 e 181/2002, que dispõem sobre a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 930

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar à família e à comunidade do município de Mamborê-PR, pelo falecimento do senhor Armando Alves de Souza, prefeito municipal, ocorrido em trágico acidente automobilístico em data de hoje.

Requer ainda, que da decisão seja dado ciência à família enlutada: Sra. Odila Calori de Souza (Rua Guadalajara, 645- CEP 87340-000 Mamborê-PR).

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de pesar à família do senhor Armando Alves de Souza, prefeito do município de Mamborê-PR, vítima de lamentável acidente automobilístico ocorrido nesta data.

Armandinho, como era carinhosamente chamado, foi prefeito no período de 1992 a 1996, candidato a deputado estadual e eleito ao cargo atual no ano de 2000. Líder, entusiasta, amigo, companheiro, sensível às causas sociais, cativou o carinho e a amizade de todos aqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo. Deixa esposa, filhos, noras, genros e netos e a saudade dos amigos que sempre cultivou.

Requer, ainda, que a manifestação seja encaminhada à senhora Odila de Souza, Rua Manoel Francisco da Silva, s/nº Mamborê-PR- CEP 87340-000.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 946

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Ses-

são de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Armando Alves de Souza - "Armandinho - prefeito de Mamborê".

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser enviada à viúva, Sra. Odila Calori de Souza, para Avenida Manoel Francisco da Silva - s/n CEP.: 87340.000, Mamborê-PR.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 949

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais da Casa, votos de pesar, pelo passamento do prefeito do município de Mamborê, Armando Alves de Souza, hoje pela manhã.

O prefeito de Mamborê e membro da Executiva Estadual do PPB - Partido Progressista Brasileiro, exerceu seus mandatos como prefeito de maneira digna e honrosa, assim como em suas atividades particulares, entre outras atividades políticas e administrativas.

Requer ainda, expediente externando as mais sinceras condolências aos familiares.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 921

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos ao Sr. Pécio Souza de Assis, gerente geral da Paraná Operações Portuárias S/A - Pasa, pela inauguração do inovador terminal de embarque especializado em açúcar à granel, o primeiro do gênero no Sul do País.

Outrossim requer, comunicação do feito ao Sr. Pécio Souza de Assis, na Avenida Marcelo Messias Buci-quia, 847 - Parque Industrial - CEP.: 87065-006, em Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A inauguração desse novo terminal de embarque pela Pasa, vem a colocar o Paraná em lugar de destaque no Sul. O novo terminal, especializado em açúcar à granel, é o primeiro do gênero no Sul do País. A Pasa vem, através deste, mostrar a qualidade dos serviços prestados frente à população paranaense.

Essa criação mostra a preocupação a associação, para o progresso do Estado e também o início de uma nova etapa na história do setor sucroalcooleiro paranaense.

São essas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 922

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Assaí, votos de congratulações pelo seu 70º aniversário, a ser comemorado no dia 1º de Maio, e que, do presente se dê ciência ao prefeito Mario Sato e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Alaor Euzébio dos Santos, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 952

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de Leis, um voto de congratulações à Mesa Diretora do Sindicato dos Arrumadores de Antonina, gestão 2002 a 2004, cuja diretoria tomou posse em 15 de dezembro de 2001, ficando assim constituída.

Presidente: Gabargo Conrado; secretário: Antonio Lemos da Costa; tesoureiro: Abner Nogueira da Cruz; conselho fiscal: Adonir Ribeiro da Costa Júnior, Pedro Vieira Cassilha e Osmair Pavanelli; delegados representantes: Sérgio Salgado de Oliveira, Marcelino Martins, Plínio Costa Filho; Cassandro da Costa Nunes e Marco Antonio Campos Veloso.

À nova diretoria nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os cumprimentos.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 955

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Grande Oriente do Brasil - Paraná, alusivo à comemoração do seu cinquentenário, ocorrido em 20 de abril.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Grão-Mestre Cliceu Luís Bassetti, através de correspondência a ser enviada à Rua José Drulla Sobrinho, 361, CEP.: 81550-240, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 962

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a aquiescência do Plenário, o encaminhamento de congratulações desta Casa Legislativa ao

digno professor Valdir Gregory, pelo lançamento do livro “Os Euro-Brasileiros e o Espaço Colonial: a Colonização no Oeste”.

Do aprovado, o proponente requer seja dado ciência ao ilustre homenageado à Rua Pernambuco, 1777 - Caixa Postal 91 - CEP.: 85960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O exato valor dos livros está registrado na história de todas as civilizações, por isso, o Paraná não poderia ser diferente, pois também reconhece a quem se devota a essa nobilíssima missão.

O autor recebeu da Edunioeste, pareceres favoráveis para a publicação do referido livro, que é resultado de mais de uma década de estudos.

Esses estudos iniciaram-se na Cepedal - Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina.

A divulgação do trabalho do ilustre professor, em razão disso, já está servindo de referências para estudos e pesquisas para estudantes de graduação e pós-graduação e está contribuindo para o ensino fundamental e médio, assim como está servindo como fonte a professores desses níveis.

O Paraná sempre primou por seu desenvolvimento cultural, por isso este Poder Legislativo se soma a esse objetivo, enaltecendo o homenageado.

A essência do livro está contida em seu respectivo título. Trata-se especificamente sobre os eurobrasileiros e sobre o espaço colonial do sul do Brasil, período de 1940 a 1970.

A miscigenação de raças que convivem na mais perfeita harmonia no Paraná, é na verdade, um exemplo para o mundo. São portugueses, árabes, italianos, poloneses, ucranianos, holandeses, entre outros, que formaram frentes de colonização e que encontraram no Paraná, uma terra semelhante à pátria de origem.

É bem-vindo, portanto, o estudo e a pesquisa do ilustre professor e como serão bem-vindas as futuras obras do nosso homenageado.

REQUERIMENTO Nº 966

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Pinhais, pela comemoração de seus 11 anos.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A ACIPI - Associação Comercial e Industrial de Pinhais comemorou seus 11 anos de fundação.

A instituição, que vem prestando relevantes serviços junto à indústria e comércio da cidade, não deixa de estar atenta às questões do município de Pinhais, sempre

visando o seu desenvolvimento como um todo e o benefício da sua população.

Pela comemoração de seus 11 anos, receba a ACIPI - Associação Comercial e Industrial de Pinhais, através de seu presidente Jesuel Laureano Souza (Avenida Camilo Dr. Lelis, 238 - Centro - CEP.: 83323-000 - Pinhais/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 967

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação de Odontologia do Norte do Paraná, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Odontológica do Norte do Paraná - AONP, elegeu e empossou sua nova diretoria em data de 26 de março do corrente, que ficou assim constituída:

- Presidente: Antonio Ferelle
- 1º Vice-presidente: Valtercides Alves Moreira

Filho

- 2º Vice-presidente: Mauro César Bôer
- 3º Vice-presidente: Adalberto Baccarin
- Comissão Fiscal: Féis Feres Júnior
- Comissão Fiscal: Luiz Reynaldo F. Walter
- Comissão Fiscal: Walter Costa Barroso
- Dep. Científico de Endodontia: Douglas Giordani

N. Cortez

- Dep. Científico de Estomatologia: Antonio Carri-
lho Neto

- Dep. Científico de Implantodontia: Jurandyr
Alvino da Silva Júnior

- Dep. Científico de Odontopediatria: Marília
Franco Punhagui

- Dep. Científico de Odontologia Social: César
Hideki Yamacita

- Dep. Científico de Odontologia Especial: Juliane
Maria Bertolotti

- Dep. Científico de Odontologia Legal: Lazara
Regina de Resende

- Dep. Científico de Ortodontia: Carlos Eduardo de
Oliveira Lima

- Dep. Científico de Ortopedia Func. Maxilares:
Luiz Sekio Tanaka

- Dep. Científico de Periodontia: Emilia Irmã Scre-
min

- Dep. Científico de Prótese Dentária: Rosângela
M. Marques Cianca

Pela posse da nova diretoria da Associação Odontológica do Norte do Paraná (Rua Rolândia, 295 - Jardim Dom Bosco - CEP 86060-310 - Londrina/PR), recebam todos os membros da nova diretoria, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 969

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao jornalista Odone Fortes Martins, diretor-presidente do jornal Indústria & Comércio, pelos 25 anos do seu conceituado jornal que ao longo desses anos conquistou a confiança do leitor e, pela sua seriedade, ética e qualidade informativa, vem incentivando o pensar e a formação de promissoras novas concepções nos mais variados segmentos do conhecimento humano.

É também digna de congratulações a feliz iniciativa do senhor Odone Fortes Martins de premiar e reconhecer publicamente o trabalho daqueles que tanto realizam em prol do nosso Estado e de sua população, representados, com grande sensibilidade, nas pessoas de D. Fani Lerner e doutor José Carlos Gomes de Carvalho Estado, como a “Mulher do Ano 2001”, e o “Homem do Ano de 2001”, respectivamente.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 948

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações, ao general de divisão Renato Cesar Tibau da Costa, comandante da 5ª RM. e 5º DE, com sede em Curitiba, pelos relevantes serviços prestados à região do Paraná e Santa Catarina e principalmente à população curitibana no período que esteve no comando da 5ª RM e 5º DE, de 26 de maio de 2000 a 24 de abril de 2002, nesta capital.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O general de divisão, Renato Cesar Tibau da Costa, durante o período que esteve no comando da 5ª RM e do 5º DE nesta capital, teve importante atuação na vida não somente da população de Curitiba e região metropolitana, mas de toda a região de abrangência da 5ª RM, Paraná e Santa Catarina, como segue:

Apoio total do comandante com o pessoal do exército, na campanha nacional contra a poliomielite nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Apoiou também com veículos e pessoal da 5ª RM na catástrofe ocorrida em 2000, quando do derramamento de óleo vazado da Petrobrás que atingiu o Rio Iguaçu.

Apoio com materiais e pessoal do exército nas enchentes do Rio Iguaçu, que ocorrem quase que anualmente na cidade de Porto União.

Ainda apoio à campanha contra a febre aftosa, nas regiões de fronteiras com o Paraguai e Argentina, evitando assim a propagação daquela epidemia animal, na nossa região.

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações e louvor ao nobre secretário, doutor Miguel Salomão, que foi secretário da Fazenda, do Planejamento, delegado do Banco Central em Curitiba, eterno consultor do Banco Mundial, que mais uma vez nos deixa, a convite do governo angolano para exercer sua capacidade naquele país.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O doutor Miguel Salomão, paranaense do Norte Velho, (Pinhalão), especializou-se em administrar e planejar métodos de aplicação a órgãos públicos, consultor do Banco Mundial, conceituado por seus trabalhos e pareceres, foi delegado do Banco Central em Curitiba, desempenhou muito conhecimento e competência no cargo de secretário da Fazenda do Estado do Paraná, e atualmente, como secretário do Planejamento e Coordenação Geral, deixando o cargo para, a convite do governo angolano assessorar junto ao Banco Mundial, aquele país.

Vale lembrar, que após Angola deixar de pertencer a Portugal, o doutor Miguel Salomão, lá estava assessorando e implantando métodos e estudos para o seu desenvolvimento.

REQUERIMENTO Nº 953

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Nivaldo Pereira e Alzira Grein Pereira, que completou 58 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 965

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja registrado nos anais desta Casa, votos de louvor ao ex-presidente da Coopercaf - Cooperativa de Transportes Rodoviários e Serviços de Cafelândia, Arquimedes Fagundes Cordeiro e ao seu sucessor, Dorival Bartzike, que deverá conduzir os rumos da cooperativa pelos próximos quatro anos.

A Coopercaf vem prestando singular serviço aos associados da região onde atua, promovendo a profissionalização dos serviços e resgatando o respeito pelas atividades desenvolvidas pelo seu quadro associativo.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 968

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor e congratulações à senhora Fani Lerner, primeira dama do Estado, pelo sucesso nas iniciativas tomadas frente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família e do PROVOPAR, em benefício da criança e do adolescente, dos portadores de necessidades especiais, dos idosos, na suplementação alimentar e na geração de renda a famílias carentes, entre outras.

A profícua atuação e a excelência dos resultados obtidos pela primeira dama foi merecidamente reconhecida com a outorga do título de "Mulher do Ano 2001", instituído pelo jornal Indústria & Comércio, no dia 22 de abril passado, em sua primeira edição.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 958

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à senhora Denise Margareth Oldenburg Bascal, presidente da Fundepar, solicitando a agilização na liberação de recursos para a Escola Estadual Castelo Branco do município de Foz do Iguaçu - PR, objeto dos protocolos nº 4905908, 4905828 e 4905823.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 957

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à senhora Denise Margareth Oldenburg Bascal, presidente da Fundepar,

solicitando a agilização na liberação de recursos para a Escola Estadual Sol de Maio do município de Foz do Iguaçu - PR, objeto dos protocolos nº 5127626, 5127627, 5127628, 5127641 e 5127642.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 959

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à senhora Denise Margareth Oldenburg Bascal, presidente da Fundepar, solicitando a agilização na liberação de recursos para a Escola Estadual Almiro Sartori do município de Foz do Iguaçu - PR, objeto dos protocolos nº 5127557, 5127599.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à senhora Denise Margareth Oldenburg Bascal, presidente da Fundepar, solicitando a agilização na liberação de recursos para a Escola Estadual Ipê Roxo do município de Foz do Iguaçu - PR, objeto dos protocolos nº 5127633, 5127634, 5127635, 5127650, 5127655.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 961

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao ministro dos Transportes, João Henrique de Almeida Souza, solicitando melhorias para a categoria dos caminhoneiros, como a fixação de um preço mínimo para fretes e aplicação de medidas que garantam o pagamento do pedágio pelas empresas contratantes.

Com a queda do preço dos fretes, o aumento do preço do óleo diesel, do pedágio assim como os custos operacionais, o lucro do caminhoneiro caiu pela metade, tornando-se praticamente impossível trabalhar. Na tentativa de driblar a crise e ganhar um pouco mais, alguns motoristas preferem intensificar o número de viagens.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 936

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, o envio de correspondência ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, solici-

tando do mesmo que não seja instituída a cobrança de imposto de renda na caderneta de poupança.

A caderneta de poupança é forma popular de investimento. É utilizada por pequenos poupadores para realizar inclusive o sonho da casa própria.

O Ministério da Fazenda anunciou alteração na caderneta de poupança, alegando a necessidade de transferir recursos da poupança - por meio da cobrança de imposto de renda sobre os rendimentos para tentar deslanchar o novo modelo habitacional, o Sistema Financeiro Imobiliário - SFI, que não se viabilizou devido às altas taxas de juros.

Segundo a proposta, o dinheiro arrecadado com 20% de imposto de renda cobrados dos rendimentos da caderneta de poupança seriam canalizados para o mutuário da casa própria, não se sabe direito como.

É lamentável mais essa forma de espoliar o pequeno, aquele que a duras penas consegue reunir algum dinheiro para realizar projetos simples, mas, para melhorar a qualidade de vida de muitas famílias.

Assim como ocorreu com a CPMF, que foi criada para melhorar os serviços da saúde e o cidadão sem recursos financeiros continua sem assistência médica, é fácil prever que mais um imposto incidirá e não haverá melhorias para o cidadão.

Com a extensão do imposto de renda para a caderneta de poupança, este investimento será uma aplicação financeira qualquer, com a mesma regra das outras, acabando com a obrigatoriedade que hoje os bancos têm que aplicar parte dos recursos da caderneta em financiamentos habitacionais.

Não se pode admitir esse desdém com os pequenos poupadores brasileiros, os mais humildes, privilegiando, mais uma vez, os interesses dos grandes.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 944

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, através de ofício, seja encaminhado ao senhor José Tavares da Silva Neto, secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, para que tome as devidas providências, em caráter de urgência, com relação às vítimas fatais da cidade de Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba. Trata-se da 18ª vítima (mulher) desaparecida no município.

Requer, ainda, seja enviada cópia deste a José Tavares da Silva Neto, secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Irineu Colombo.

REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua João Marques - Bairro Jardim Rocio, município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam a implantação de um módulo policial ou policiamento ostensivo no bairro e nas proximidades do ponto final da linha de ônibus da Vila Prado.

A região encontra-se sem segurança e a presença constante de policiais certamente evitará acontecimentos mais graves para a população.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 950

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o Plenário da Casa, à senhora Denize Oldenbug Basgal, diretora presidente da Fundepar, sejam executadas as obras abaixo especificadas na Escola Estadual Monteiro Lobato, em Cornélio Procopio.

- Melhorias na cerca do terreno da escola;
- cobertura da quadra de esportes existente;
- pintura geral.

Requer ainda, que seja enviada cópia deste a Sua Exa. a Sra. Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma escola com 700 alunos aproximadamente, que funciona em período diurno e noturno.

A falta de um fechamento adequado do terreno diminui a segurança na Escola e aumentam-se as preocupações da comunidade escolar com o acesso fácil às pessoas estranhas ao ambiente escolar.

A cobertura da quadra de esportes é uma reivindicação antiga e a pintura do prédio é uma medida preventiva para a proteção do patrimônio da Escola.

Pedimos o apoio de todos os pares desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 951

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o Plenário da Casa, à senhora Denize Oldenbug Basgal, diretora presidente da Fundepar, sejam executada, em caráter de urgência, as obras abaixo especificadas na Escola Estadual Major João Carlos de Faria, em Cornélio Procopio.

- Construção de um acesso entre o portão de entrada e o prédio da Escola;
- aumento da altura do muro na parte lateral direita do terreno;
- aterro de uma cisterna existente no pátio externo;
- reforma dos banheiros;
- instalação de grades de segurança em duas salas;
- pintura geral.

Requer ainda, seja enviada cópia desta a Sua.Exa. a Sra. Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A escola localiza-se no bairro mais antigo da cidade, a Vila Independência e completará 46 anos em 21 de maio deste.

Sem prejuízo de sua construção original, a escola tem necessidade urgente de obras especificadas no texto do requerimento para melhorar a segurança, as condições sanitárias, o acesso (hoje este não é calçado) o visual e o ambiente geral de trabalho.

Por esta razão, acreditamos que o requerimento receba o apoio unânime dos pares desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 933

SÚMULA:

Requer transcrição nos Anais desta Casa de Leis, da “Proclamação de Curitiba, Capital Americana da Cultura 2003”, publicada no jornal Gazeta do Povo 17.03.2002, subscrita pelos Comitês de Relações Institucionais, autor do projeto - “Curitiba Capital Americana da Cultura 2003”, e Cívico Cultural, mobilizador das entidades Cívico-culturais em apoio ao referido projeto, ambos os Comitês integrantes do Movimento Pró- Paraná, cujas atividades em benefício da maior projeção sócio-político econômica do Paraná, vêm merecendo o apoio integral desta Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos anais desta Casa de Leis, a “Proclamação Curitiba Capital Americana 2003”, conforme publicação página 09 do jornal Gazeta do Povo, exemplar de 17.03.2002.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

No dia 22.04.2001, o Coordenador de Relações Institucionais do Movimento Pró-Paraná, eng. civil e administrador Ivo Arzua Pereira, apresentou ao coordenador do Comitê Cívico Cultural, desembargador Dr. Luiz Renato Pedroso, o Projeto “Curitiba, Capital Americana da Cultura 2003”, tendo este imediatamente, com entusiasmo e dedicação, promovido a mobilização das mais importantes entidades culturais educacionais de Curitiba, em apoio ao citado projeto, o que foi efetivado

em reunião das referidas entidades no dia 25.04.2001, nas instalações da Academia de Cultura de Curitiba e do Círculo de Estudos Bandeirantes.

Apresentado o referido projeto ao Exmo. prefeito municipal Cássio Taniguchi, este lhe ofereceu integral apoio, conforme correspondência CT/043/2001, em 25.06.2001.

Da mesma forma, no dia 23.05.2001, no Programa Livre da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, foi mencionado o projeto apresentado de viva voz pelos coordenadores dos Comitês Relações Institucionais, eng. civil e administrador Ivo Arzua Pereira, e do Comitê Cívico Cultural, coordenado pelo desembargador Luiz Renato Pedroso, ao Plenário da colenda Câmara de Vereadores de Curitiba, tendo recebido o entusiástico e unânime apoio de todos os partidos políticos com assento naquela Casa de leis do município, conforme ofício 1534/2001 DAP-DCT, de 29.08.2001, subscrito pelo presidente vereador João Cláudio Derosso.

Em 18.09.2001, o Exmo. Sr. Presidente da Organização Não Governamental “Capital Americana da Cultura” - CAC, com sede em Barcelona, Espanha, senhor Xavier Tudela comunicou ter recebido do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba toda a documentação requerida para inscrever Curitiba como candidata ao título de Capital Americana da Cultura 2003.

Finalmente, em 05.02.2002, o Exmo. Presidente da CAC, Xavier Tudela, em correspondência ao Exmo. Sr. prefeito municipal Cássio Taniguchi, comunicou que Curitiba foi eleita por um júri internacional como a Capital Americana da Cultura 2003, coroando-se assim quase um ano de trabalhos árduos do Movimento Pró-Paraná e da Fundação Cultural de Curitiba.

Dessa maneira Curitiba poderá celebrar condignamente o sesquicentenário do Paraná e de sua elevação à capital do Estado, com grades realizações educacionais, culturais, comunitárias e cívicas, assim atraindo visitantes ilustres e turistas de todo o mundo.

Eis porque senhores deputados, esta Presidência sente-se jubilosa e grata ao Movimento Pró-Paraná, ao qual tem estimulado com apoio logístico e parlamentar, como ocorre agora com este requerimento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 240/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Governo do Estado a criar a Agência Estadual de Defesa do Consumidor - Agedec.

Art. 2º - Caberá ao governador a nomeação dos diretores da agência.

Parágrafo Único - Os diretores terão mandato de quatro anos, com direito a uma recondução.

Art. 3º - A Agência será formada por representantes do governo, incluindo Procon municipais, Ministério Público e entidades civis.

Art. 4º - Os objetivos desta Agência são:

- I - reprimir abusos contra o consumidor;
- II - criar uma lista negra, com o nome das empresas campeãs em reclamação.
- III - realizar seminários.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei demonstra a preocupação com os consumidores. Esses muitas vezes lesados, sentem a necessidade de um órgão em que possam reclamar. A Agência irá reprimir e prevenir abusos contra o consumidor. Ela também manterá uma lista negra contendo os nomes das empresas com maiores índices de reclamações fundamentadas.

A Agência, também, evitará a maquiagem de muitos produtos oferecidos ao consumidor; este é um grande problema, pois, muitas vezes os consumidores não sabem reconhecer um produto maquiado. Outra função de grande importância desta será a de promover congressos e seminários, que possam alertar consumidores contra os abusos que venham a sofrer. Esses eventos ajudarão muito a criar uma mentalidade reivindicatória de direitos.

Por fim, este projeto visa o desenvolvimento de um comércio mais saudável para todos os paranaenses. A criação desta agência beneficiará ambas as partes, pois incentivará o consumidor a comprar mais, pois este estará ciente que qualquer dano que receber ele poderá se defender.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 241/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Estabelece que 10% das vagas de empresas que recebem incentivos fiscais do governo devem ser destinadas a “jovens do primeiro emprego”.

Parágrafo Único - As empresas referidas no artigo 1º, devem possuir em seu quadro geral, um número mínimo de 10 funcionários.

Art. 2º - Caberá à entidade de classe correspondente a fiscalização do cumprimento dessa lei.

Parágrafo Único - O não cumprimento dessa lei acarretará a perda dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei demonstra a preocupação com os jovens que buscam seu primeiro emprego, dando oportunidade a esses novos trabalhadores que muitas vezes encontram as portas fechadas quando vão procurar um emprego, que por sinal é um problema de âmbito nacional. Face ao desemprego decorrente no país, é que o parlamentar paranaense teve essa preocupação com a nossa gente.

O projeto pretende contribuir para dar consequência prática aos dispositivos constitucionais atinentes ao cuidado e à integração social dos cidadãos de todas as idades. Ao mesmo tempo em que reduz a injusta marginalização dos jovens, a proposição em tela permite às empresas beneficiar-se de seu espírito inovador, um ativo sócio-econômico tantas vezes desprezados em prejuízos dos negócios e da competitividade.

O projeto não prejudicará a empresa, pois, deixa a critério da empresa avaliar e decidir as melhores maneiras de poder aproveitá-los.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 242/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Liga das Associações Culturais de Assaí - Laca”, com sede e foro na cidade de Assaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Liga das Associações Culturais de Assaí, fundada em 16 de dezembro de 1962, tem por finalidade fomentar e incentivar as atividades agrícolas, culturais, esportivas, artísticas, educacionais e principalmente assistencial, dispensando aos necessitados e indigentes assistência social dentro dos limites de suas possibilidades.

PROJETO DE LEI Nº 243/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Débora Dias”, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Educação Débora Dias, fundado em 15 de fevereiro de 1989, no Conjunto João Paes no município de Londrina, tem por finalidade principal a assistência social e promoção humana junto aos menores carentes, abandonados, na faixa de 0 a 7 anos de idade, educando-os para integrá-los a qualquer tempo à comunidade.

Paralelamente, desenvolve estudos da questão social do menor e seus familiares, utilizando-se de todos os recursos disponíveis para uma integração sócio-econômica entre esses e a comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 244/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas Urbanos e Rurais de Figueira, com sede no município de Figueira e foro no município de Curiúva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Aposentados e Pensionistas Urbanos e Rurais de Figueira, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto à comunidade de Figueira e de toda a região, inspirada na necessidade de promoção e valorização do cidadão aposentado.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 245/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário Regional do Norte do

Paraná é uma entidade de direito público privado, sem fins lucrativos que foi criada com o objetivo de colaborar com as pessoas e entidades interessadas no desenvolvimento das ciências da saúde e no aprimoramento da prestação de serviços de saúde, especialmente com o Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná.

Todos sabemos da importância e dos relevantes serviços prestados pelo HU, não somente para a cidade de Londrina, mas também para toda a região do Norte do Paraná.

Neste sentido, a Fundação Hutec é uma entidade de apoio ao HU, possibilitando que ele desenvolva suas atividades, de forma a atender cada dia melhor, principalmente a população carente, uma vez que o HU atende somente pacientes do SUS.

Para alcançar seu principal objetivo, ou seja, auxiliar o HU na manutenção e desenvolvimento de suas atividades, a Fundação Hutec:

- promove cursos, conferências, seminários e estudos voltados para o desenvolvimento de profissionais que atuam na área da saúde;

- incentiva e colabora na edição de publicações visando informar e divulgar os assuntos afetos à saúde;

- estimula ações na área de ensino, assistencial e de pesquisa, por meio de apoio material e financeiro a docentes e ao pessoal de apoio que participe do planejamento e execução das atividades fins da fundação;

- institui bolsas de estudo, estágios e auxílios de assistência a docentes, pessoal de apoio e alunos que possam contribuir para a consecução dos objetos da fundação;

- colabora na preservação do patrimônio e na função social primordial do HU.

Por todas estas razões cremos que a Fundação Hutec preenche todos os requisitos para ser declarada de Utilidade Pública, e com isto ter condições mais favoráveis para o desenvolvimento de suas atividades, sempre voltadas para colaborar com o HU na melhoria no atendimento da saúde da população londrinense.

PROJETO DE LEI Nº 246/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ribeiro de Campos, com sede e foro na comarca de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APMI - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ribeiro de Campos, com sede e foro na comarca

de Goioerê-PR., é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 247/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Padre Jorge Scholl, com sede e foro na comarca de Ubatã-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Padre Jorge Scholl, com sede e foro na comarca de Ubatã-PR., é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 248/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Guaporema.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede na Rua João Pessoa, s/n - Centro, em Guaporema, e foro na comarca de Cidade Gaúcha, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

A APMI tem por objetivo: a promoção social da família assistindo em particular a maternidade, a infância, a adolescência e a terceira idade, através de programas, ações e serviços voltados às áreas social, de saúde, da educação, da formação profissional, da segurança alimentar e nutricional, da promoção do voluntariado, da promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, da experimentação não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e crédito e de estudos e pesquisas, do desenvolvimento de tecnologia alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades aludidas a entidades.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 249/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Ensino e Reintegração - Crer, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Recuperação Ensino e Reintegração - Crer, foi criado em 19/03/2001, por um grupo de pessoas pertencentes à 4ª Igreja O Brasil para Cristo da cidade de Londrina - PR. O Crer, está devidamente registrado sob nº 5624 no Livro A-5 de Pessoas Jurídicas da comarca de Londrina, e devidamente cadastrado no CNPJ nº 04.419.850/0001-80, estando em pleno funcionamento, sito à Rua Tapuias, nº 672, Vila Yara, no município de Londrina, Estado do Paraná.

O Crer, dentre outros, tem como objetivo principal, o desenvolvimento de programas sociais, visando amparar, recuperar e promover a reintegração à vida comunitária, de pessoas portadoras de dependências químicas, problema este, que tem se tornado um dos principais fatores de geração de violência em todo o País.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 250/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de utilidade Pública Estadual a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão - AEACM, com sede e foro no município e Comarca de Campo Mourão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão - AEACM, entidade máxima representativa da categoria agrônômica do região de Campo Mourão, Estado do Paraná, é uma sociedade sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, sito à Avenida Irmãos Pereira, 2900. Sua área de atuação compreende os municípios de Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Tebas, Peabiru, Quinta do Sol e Roncador.

A Associação tem como objetivos principais:

a) defender e coordenar os interesses profissionais e sociais dos engenheiros agrônomos da Região de Campo Mourão;

b) congregar e coordenar os interesses profissionais junto à FAEAPR - Federação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná;

c) promover o aprimoramento, o desenvolvimento e a valorização profissional do engenheiro agrônomo, através do pleno exercício da profissão, da fiel execução e aprimoramento das lei específica em vigor e do respeito aos ditames do Código de Ética Profissional;

d) propugnar pela maior participação e representatividade da categoria agrônômica nas políticas do setor produtivo, junto aos órgãos e escalões decisórios e no processo de desenvolvimento da Região, do Estado e da Nação.

e) defender a profissão do engenheiro agrônomo, combatendo e denunciando medidas que impliquem na pulverização profissional;

f) propor estudos e alternativas para a solução das questões agrônômicas, bem como, as de interesse para o desenvolvimento municipal, estadual e nacional;

g) promover e participar de eventos que sejam de interesse para a união, aprimoramento e promoção de categoria agrônômica e da agricultura;

h) estimular a qualidade do desempenho profissional; premiar e distinguir aqueles que se destacarem na defesa e promoção da categoria agrônômica e da agricultura;

i) contribuir para o aperfeiçoamento do ensino agrônômico;

j) fomentar o intercâmbio com associações congêneres e instituições técnicas e científicas, bem como outras entidades ligadas ao meio rural;

k) lutar contra qualquer forma de discriminação do engenheiro agrônomo no exercício da sua profissão;

l) defender a correta remuneração profissional.

PROJETO DE LEI Nº 251/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações do Jardim Esperança, com sede em Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Comunidade dos Sagrados Corações do Jardim Esperança, com sede e foro na cidade de Londrina - Paraná, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política e aberta a todas as pessoas residentes em sua área geográfica.

É uma entidade que tem como objetivo desenvolver o espírito de caridade cristã entre os associados e a comunidade em geral, criando oportunidade de maior aperfeiçoamento moral, intelectual e espiritual, de forma democrática e com a participação direta a todos os moradores.

Sem dúvida essa Associação da Comunidade Cristã, merece a aprovação da Lei de Utilidade Pública Estadual, pois defende os interesses da comunidade de Londrina.

PROJETO DE LEI Nº 252/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Odontológica do Norte do Paraná, com sede em Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Odontológica do Norte do Paraná (AONP), com sede e foro na cidade de Londrina, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política e aberta a todas as pessoas residentes na sua área geográfica, que

desenvolve atendimento de pacientes carentes através da Escola de Aperfeiçoamento profissional, da qual é mantenedora.

É uma entidade que tem como principal objetivo apoiar e incentivar a classe Odontológica para terem uma melhor qualidade nos trabalhos a serem desenvolvidos. Desenvolve congressos e atividades científicas, além de orientar a comunidade para que tenham uma melhor qualidade de vida através da saúde bucal, defendendo princípios da educação sanitária, de forma direta e democrática com a participação do associado.

Sem dúvida essa Associação Odontológica merece a aprovação da lei de Utilidade Pública Estadual, pois defende os interesses da comunidade do Norte do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 253/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida da comunidade Santa Rosa do Ocoi, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

Este projeto visa dotar a entidade de condições legais que valorizem ainda mais as suas atividades, considerando sua importância no contexto social da comunidade.

Tendo como finalidades fundamentais promover e valorizar a mulher através da organização em grupos, levando às mãos assuntos que dizem respeito ao lar, bem-estar físico, espiritual, enriquecendo o sistema familiar de cooperação, gerando maior integração da família na vida comunitária.

PROJETO DE LEI Nº 254/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital Universitário Regional de Maringá - AAHU, com sede e foro no mesmo município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital Universitário Regional de Maringá - AAHU, com sede e foro no mesmo município. Entidade que vem prestando relevantes trabalhos junto aos hospitalizados, através e uma equipe de voluntários que promove visitas a pacientes no hospital e residências, visando dar apoio, orientação e facilitar a alta e/ou tratamento ambulatorial prolongado. Outra finalidade é envidar esforços para a melhoria das condições de assistência e de modernização da organização hospitalar, incluída a instalação de novos equipamentos, a ampliação da capacidade de atendimento e o desenvolvimento de novas artes, técnicas e práticas. Também, estimular a participação dos estudantes universitários das áreas abrangidas pelas atividades do Hospital Universitário.

A associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 02 de julho de 1999, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes as finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 255/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As escolas da rede pública estadual serão dotadas de quadras esportivas cobertas.

Parágrafo Único - Serão incluídos no orçamento-programa recursos destinados à cobertura das quadras esportivas existentes na data da publicação desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A prática esportiva é essencial para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Não é mera diversão, mas qualidade de vida e atividade essencial à saúde.

As escolas públicas devem dispor de instalações adequadas para a prática esportiva, evitando cancelamento de aulas em razão das intempéries, possibilitando melhor planejamento das aulas por parte dos professores dessa área.

A escola pública de qualidade é o grande anseio de toda a comunidade paranaense, sobretudo em se relevando que a maioria dos estudantes estudam nessas instituições.

Em 2001, foi sancionada a Lei nº 10.328, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - CDB para tornar obrigatória a disciplina de educação física na educação básica.

A exercitação física deve ser permanente, como condição para o pleno desenvolvimento dos alunos.

A acelerada urbanização resulta em estilo de vida prejudicial à saúde, crescendo o sedentarismo, acarretando problemas para a saúde pública e qualidade de vida das pessoas.

Em termos científicos, evidências recentes confirmam o papel decisivo da atividade física regular, independentemente ou em conjunto com outras características do estilo de vida, na preservação de diversas doenças e promoção da qualidade de vida em todos os grupos populacionais (Pate et al, 1995; surgeon General Report, 1996; Bouchard & Shephard, 1994; e outros documentos e declarações internacionais e nacionais).

Em razão do exposto, é importante que os alunos tenham aulas de educação física de forma regular, tanto que é disciplina obrigatória do currículo escolar.

PROJETO DE LEI Nº 256/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º, da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber seus créditos tributários cujos fatos geradores, inclusive aqueles constituídos em Processo Administrativo Fiscal (PAF), que ocorreram até a data da sanção desta lei, através de precatórios de natureza alimentícia, contra a Fazenda Pública Estadual e sua autarquias, pendentes de pagamentos até 30 de junho de 2001”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta na redação do art. 1º, da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, substituindo as expressões “inscritos na dívida ativa” por “cujos fatos geradores”, visa alcançar os créditos tributários que estão em discussão nas várias esferas administrativas.

É sabido que a maioria das empresas ao serem autuadas procuram esgotar todos os recursos possíveis, objetivando, unicamente, ganhar tempo, esperando regularizar suas pendências depois que o governo do Estado ofereça alguma anistia, ampla ou parcial, parcelamentos, etc.

De outro lado, sabe-se que uma parte dos devedores do erário público, que deixam os créditos tributários serem inscritos na Dívida Ativa, não têm o menor interesse em quitá-los.

Sendo assim, estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de beneficiar as empresas

que têm, realmente, interesse em quitar as suas dívidas com os cofres públicos.

PROJETO DE LEI Nº 257/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Moradores do Leão e Vizinhança, de Agudos do Sul, com foro na comarca de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores de Moradores do Leão e Vizinhança, entidade sem fins lucrativos fundada em 07 de abril do ano de 2001, com sede no município de Agudos do Sul e foro na comarca da Fazenda Rio Grande, sob o comando de sua primeira e atual diretoria, vem desenvolvendo um excelente trabalho no que diz respeito ao atendimento dos seus associados e suas respectivas famílias, como seguem:

- distribuição de sopa para aproximadamente 600 famílias carentes, no perímetro do município de Agudos do Sul;
- obtenção de medicamentos, junto à Secretaria Municipal e Estadual de Saúde aos menos favorecidos;
- apoio efetivo à coordenação local da pastoral da Criança e apoio ao Conselho Tutelar;
- Angariação e distribuição de donativos junto às empresas, para as famílias mais pobres e necessitadas do município.

Além de outras atividades direcionadas ao bem-estar dos seus associados e respectivas famílias, conforme consta do relatório de atividades em anexo.

PROJETO DE LEI Nº 258/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual para o Programa de Desenvolvimento do Extremo-Oeste - Prodoeste, com o objetivo de financiar planos, programas, projetos e atividades voltados ao desenvolvimento integrado, através das municipalidades paranaenses, que margeiam o reservatório da Usina de Itaipu, e de agentes da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Art. 2º - O Prodoeste será constituído:

I - pelo aporte de recursos assegurados, nos termos da Constituição Federal e legislação federal, ao Estado do Paraná, como indenização da exploração de recursos

hídricos para fins de geração de energia elétrica pela Usina de Itaipu, no valor de 50% das parcelas distribuídas mensalmente, oriundas dos royalties devidos pela hidrelétrica ao Brasil, previstos no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, entre a República Federativa do Brasil e República do Paraguai, bem como nos documentos interpretativos subsequentes;

II - pelos rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do Prodoeste no mercado financeiro;

III - pelo aparte de recursos do Governo Federal;

IV - pelos recursos oriundos da gestão de Fundos de Pensão de Servidores Estatutários de municípios do Prodoeste;

V - de outras receitas eventuais.

Art. 3º - O Prodoeste será administrado através de um Conselho de Administração, composto por dez integrantes e coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - Seplan.

§ 1º - O Conselho de Administração será integrado por:

- um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que ocupará o cargo de presidente;

- um prefeito municipal representante do Conselho de Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, que será o secretário geral;

- um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

- um representante da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio;

- um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano;

- um representante da Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia;

- um representante das Associações Comerciais e Industriais dos municípios integrantes do Prodoeste;

- um representante das Câmaras Municipais de Vereadores dos municípios integrantes do Prodoeste;

- um representante das Sociedades Cooperativas Agrícolas com abrangência territorial nos municípios integrantes do Prodoeste;

- um representante da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

§ 2º - Competirá à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral prover o necessário apoio logístico para a atuação do Conselho de Administração.

§ 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na Capital do Estado ou municípios integrantes do Prodoeste, convocados pela Presidência e Secretaria Geral ou por 1/3 dos integrantes do referido Conselho.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Especial até o limite de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), destinado a viabilizar as transferências

de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE para o Prodoeste, através de uma atividade orçamentária, servindo como recursos para a respectiva cobertura, quaisquer das formas especificadas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º - A Administração do Fundo Estadual para o Programa de Desenvolvimento do Extremo-Oeste do Paraná, competirá preferencialmente por um banco oficial ou bancos de crédito cooperativo, que vierem a ser criados, com abrangência territorial nos municípios integrantes do Prodoeste.

Art. 6º - O Poder Executivo aprovará, por decreto, a regulamentação do Fundo Estadual para o Programa de Desenvolvimento do Extremo-Oeste do Paraná - Prodoeste, num prazo de 90 dias a contar da vigência desta lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) SERGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Os recursos financeiros propiciados pela Constituição Federal, em seu artigo 20, parágrafo 1º, e legislação federal, notadamente a Lei nº 7.990/89 a Lei 8001/90, regulamentada pelo Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991, acerca da compensação financeira (royalties) pela utilização das áreas alagadas para o enchimento do reservatório da Usina de Itaipu Binacional, revisto no Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 1973, são de grande monta.

A luta pelo ressarcimento ao Paraná e municípios que tiveram áreas alagadas para a construção de Itaipu e de outras usinas, mobilizou a opinião pública e durante a Constituinte foi possível resgatar a dívida social com aquela região paranense.

O capítulo II da CF, que trata especificamente da União, em seu artigo 20, caracterizando bens da União, traz inscrito no seu artigo primeiro, o retrato da mobilização popular através de emenda proposta pelo subscritor do projeto aqui retratado, no exercício do mandato de Constituinte, foi conquistada a "participação no resultado da exploração... de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica... ou compensação financeira por essa exploração."

Nova luta para a regulamentação da CF, resultando na Lei nº 7.990/89 prevê o pagamento de 6% sobre o valor de energia produzida, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica. E quando o aproveitamento atingir mais de um Estado e município, a distribuição será proporcional à área inundada e outros parâmetros de interesse regional e local. Ainda, determina que o Estado repasse 25% dos recursos obtidos pela compensação financeira a todos os municípios, obedecendo a forma de distribuição de compensação financeira

a todos os municípios, obedecendo a forma de distribuição de ICMS.

A Lei Federal nº 8.001/90 institui que 45% da compensação financeira será destinada aos Estados, 45% aos municípios, 8% ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e 2% ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Dos royalties de Itaipu Binacional, a lei prevê que 85% dos recursos devem ser distribuídos ao Paraná e municípios diretamente afetados e que 15% serão repassados aos Estados e municípios afetados por reservatórios a montante.

Ainda dispõe que a compensação financeira não pode ser utilizada para o pagamento de dívida e quadro permanente de pessoal, aplicando exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico (Decreto nº 1 de 1991).

A planilha de cálculo feita pelo DNAEE, estabelece que os municípios diretamente afetados pela Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, recebam o equivalente a 37,71% dos recursos determinados em lei, o mesmo ocorrendo com o Estado do Paraná. Com o efeito cascata dos reservatórios a montante do lago de Itaipu, mais cinco Estados e mais de 300 municípios recebem os royalties devidos pela usina binacional.

Desde quando foi iniciado o pagamento dos royalties, já foram pagos mais de R\$3,8 bilhões a 16 municípios, mais os governos do Paraná e Mato Grosso do Sul, segundo os dados oficiais.

Diante dessa informação, devemos analisar a necessidade de um projeto regional de desenvolvimento, para potencializar ainda mais os recursos dos royalties, já que o FDE promove outras atividades, distante daquelas que a região necessita, como:

- desenvolvimento agrícola, com irrigação e agro-indústrias;
- desenvolvimento urbano, com moradias, saneamento e pavimentação de estradas e ruas;
- ações no fomento de ciência e tecnologia para aplicação no desenvolvimento da região do Extremo-Oeste, como consolidação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste;
- instrumentos de financiamento ao setor produtivo para reduzir o impacto das importações do Mercosul na agricultura e mesmo na agroindústria, a exemplo do trigo, soja e arroz, além de carnes.

É justo que 50% dos recursos destinados pela Itaipu como pagamento dos royalties devidos ao Estado do Paraná, passem a figurar em um fundo próprio, o Prodoeste que contribuirá para a alavancagem da economia regional, garantindo os mecanismos para um desenvolvimento integrado e coordenado, tanto na área industrial, agrícola e nas próprias comunidades.

Além disso, institui-se a possibilidade de recursos também advindos dos royalties de Itaipu e repassados aos municípios integrantes do Prodoeste, transformem-se em

contrapartida para os programas regionais de desenvolvimento integrado.

Ainda, os lucros originados da administração dos fundos de pensão dos servidores municipais dos envolvidos no Prodoeste poderão ser utilizados para a constituição do caixa do fundo de desenvolvimento.

Levando-se em consideração que poderão participar da gestão dos recursos envolvidos as cooperativas de crédito, administradas pelas cooperativas agrícolas, que atuem nos municípios do Prodoeste, contribuindo para ações micro-regionais de irrigação, escoamento, implantação de novas culturas, industrialização de produtos colhidos na região, agregando valor adicionado aos mesmos, e conseqüentemente ampliando o desenvolvimento econômico regional.

“Eu aceito a proposta que o Diretor-Geral da Itaipu Binacional fez no sentido de somarmos esforços e investir os recursos dos royalties no futuro da região. Nós não podemos pensar que o futuro desta região depende do comércio da ponte”, governador Jaime Lerner, em solenidade realizada na Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu, janeiro de 1997 (transcrito do Jornal de Itaipu, fevereiro, ed. 93, pag. 6).

PROJETO DE LEI Nº 259/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido um desconto de 50% nos valores das faturas de energia elétrica dos hotéis e pousadas do Paraná.

Art. 2º - Para ter direito ao benefício de que trata esta lei, os estabelecimentos deverão:

- a) quitar as faturas até a data do vencimento;
- b) implementar programas de combate ao desperdício de energia elétrica em suas instalações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A atividade turística é considerada a indústria do futuro. Temos no Paraná excelentes e promissores pólos que servem de atrativos para o desenvolvimento desta indústria sem fumaça. Mas, a atividade turística, como outra qualquer, depende de custos otimizados para poder ser atraente, tanto para investidores como para os consumidores.

De acordo com a indústria hoteleira, um dos componentes que mais pesam na sua planilha de custos é a despesa com energia elétrica. Por isso, nossa proposta é para que seja reduzida em 50% a tarifa de energia elétrica de hotéis, pousadas, a fim de que nossa rede hoteleira possa competir com a de outros estados e países.

O custo a menos na conta de energia elétrica terá reflexo direto nas diárias dos hotéis que conseguiram carrear mais turistas para o Estado, gerando mais empregos, movimento no comércio e nos meios de transporte, compensando queda na arrecadação.

Pelo exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação desta proposta, que por certo reverterá no incremento ao turismo no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Aconteceu nos dias 17 a 20 de abril, no município de Ponta Grossa, a 1ª Feira Paranaense da Agroecologia. Nesses dias, que contou com a presença de aproximadamente três mil pessoas, foram debatidos assuntos importantes, como a própria questão do modelo neo-liberal, a questão da violência no campo, reforma agrária e com grande destaque a questão da produção de produtos transgênicos e também a importância da produção orgânica.

Nessa jornada agroecológica tirou-se alguns encaminhamentos e também a carta da primeira jornada agroecológica paranaense, traz todos os encaminhamentos das discussões, das propostas que aconteceram durante dias de debates naquele município.

É importante citar, senhor presidente, que não é simplesmente um assunto que interesse a algumas pessoas ou a uma minoria, mas é um assunto que nós, deputados, também devemos demonstrar e buscar o máximo do nosso interesse, o aperfeiçoamento, para que consigamos discutir o que realmente representa para nós, hoje, a produção dos transgênicos que vem acontecendo no nosso Estado e que medidas são possíveis de serem tomadas.

Já pedimos, em regime de urgência, que seja votado o projeto da Bancada do PT, ainda no ano de 99, um projeto que regulamenta a produção dos transgênicos. Não proíbe toda a plantação. Permite que sejam feitos estudos para saber suas consequências, para o ser humano, para o meio ambiente, mas proíbe o livre plantio, até que não se tenha estudos comprovados do que realmente pode acontecer com o ser humano ou com o meio ambiente.

Senhor presidente, também estamos encaminhando nesta tarde, um requerimento à Mesa, e esperamos que seja aprovado, para que o nosso secretário da Segurança tome providências sobre a série de assassinatos de mulheres que vem acontecendo no município de Almirante Tamandaré. É lamentável que mais uma vez, no uso desta tribuna, venhamos citar a morte de mais uma mulher naquele município.

Segundo o jornal de hoje, Gazeta do Povo, diz que desapareceu mais uma mulher e possivelmente seja a 18ª vítima de uma série de assassinatos que vem ocorrendo

naquele município. Isso do ano de 2000 para cá. No entanto, não estamos vendo nada, nenhuma medida sendo tomada pela Secretaria da Segurança, não temos visto resultado nenhum sobre essa série de assassinatos.

Então, é importante, senhor presidente, senhores deputados, inclusive pedimos o voto favorável de todos os senhores deputados para o requerimento que estamos encaminhando à Mesa, pedindo que o nosso secretário da Segurança tome medidas urgentes.

É impossível admitir que praticamente em menos de três anos, dá para se dizer que aproximadamente dezoito mulheres morrem assassinadas e a Secretaria da Segurança do Estado do Paraná não consegue desvendar esses casos.

São assassinadas praticamente da mesma forma, o que leva a crer que é realmente uma sequência, uma série de assassinatos praticados pela mesma pessoa ou pelo mesmo grupo e esperamos que a Secretaria da Segurança do Estado faça alguma coisa pela vida das mulheres, das pessoas que moram no município de Almirante Tamandaré.

Para registro, também, senhor presidente, estivemos acompanhando na manhã de hoje a negociação que aconteceu com a APP Sindicato, professores que estavam aqui na frente da Assembleia Legislativa, desde o dia de ontem. Alguns deputados desta Casa, deputado Traiano, Ademir Bier, Ângelo Vanhoni, Hermas Brandão - presidente desta Casa, Durval Amaral - líder do Governo, também participaram desta negociação e houve um acordo: os professores acabaram de votar em assembleia pela retirada da frente do Palácio Iguaçu. Os professores deram um prazo ao governo do Estado até o dia 13. Assim ficou combinado uma nova reunião com o governo para saber qual será a resposta na questão do índice do reajuste dos professores.

Decidiram em assembleia pela retirada. Vão dar esse tempo para o governo do Estado do Paraná.

E a gente espera que realmente o governo atenda essa classe, porque a decisão era a saída no dia de hoje, mas no dia 18 a APP terá uma assembleia e se não houver nenhum avanço, nenhuma negociação no sentido de reajuste salarial, possivelmente a partir do dia 18 os professores entrarão em greve.

Só para situar, da mesma forma os servidores do Sistema do Meio Ambiente também paralisaram por 2 dias, ontem e hoje, esperando que o governo dê o reajuste salarial que a categoria vem reivindicando, praticamente há sete anos sem reajuste salarial.

Então, senhor presidente, vimos uma série de reivindicações por parte dos servidores do Estado do Paraná, descontentes pela forma que o governo vem atuando, num descaso total com os servidores, com os trabalhadores e com o povo do Paraná.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS SUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados: três assuntos nos trazem a usar da palavra no Pequeno Expediente na tarde de hoje.

O primeiro deles é com referência aos professores que aqui vieram para testemunhar a todo o Estado a indiferença com que o governo os trata. Principalmente das reivindicações que o próprio governo tinha assumido e não cumpriu.

Estivemos ontem ali com o presidente da Casa, Hermas Brandão, deputada Luciana, deputado Colombo, deputado Vanhoni e outros deputados, tentando fazer com que tudo o que foi pleiteado fosse respondido pelo Governo do Estado. Não conseguimos, porque o governador não se encontrava no Palácio. Hoje pela manhã os senhores deputados que pertencem à Comissão de Educação lá estiveram e as reivindicações, já feitas várias vezes e não cumpridas, apesar de prometidas pelo governo, ganharam novo prazo: dia 13. Acreditamos que nesse prazo o governo faça valer a sua palavra de empenho nas reivindicações apresentadas.

Tenho também um assunto referente à Vila Velha, de Ponta Grossa. Vila Velha está sendo revitalizada por uma recuperação do meio ambiente em todos os sentidos, no parque, que é um dos principais atrativos turísticos do nosso Estado, somente sendo superada pelas Cataratas do Iguaçu. Infelizmente alguns “senões” estão acontecendo nessa revitalização do parque, com a retirada de algumas famílias com dezenas de anos ali assentadas, quando tínhamos o Iapar desenvolvendo seu trabalho de pesquisa, de orientação e de assistência ao pequeno, médio e grande agricultor do Paraná. Por razões que desconhecemos, alguma coisa contra a razão com que está sendo efetuadas a retirada das famílias daquela área.

Entramos com um requerimento nesta Casa e tivemos a satisfação de vê-lo aprovado e teremos em breve a resposta oficial por parte do senhor secretário do Meio Ambiente.

Tenho certeza absoluta que esse terceiro assunto que iremos nos reportar, senhor presidente Elio Rusch, faz sentido a sua representação política de Marechal Rondon, que é uma cidade igual à nossa Ponta Grossa que tão bem contribui naquela exposição feita na tarde de ontem pelas cooperativas e pela Faep.

Nos atemos hoje à transitabilidade dos grãos. Tirando como exemplo Ponta Grossa. Saindo uma carga de 27 toneladas de soja da nossa cidade, indo até o Porto de Paranaguá que é o nosso meio de exportação, no ano passado o frete a ser auferido pelos senhores caminhoneiros era de 450 reais. Hoje, 2002, pela mesma safra o caminhoneiro recebe 350 reais. Perdendo de 20 a 25% no frete que era pago no ano passado. Além dessa diferença o caminhoneiro paga o óleo e o pneu mais caros, as peças mais caras e o frete 20, 25% mais barato.

Queria encaminhar ao senhor ministro dos Transportes uma reivindicação onde mostra que desses 350 reais auferidos com o trânsito da mercadoria o caminho-

neiro gasta 125 em óleo diesel, 55 em pedágio e ainda é tirado 10%, quando não é proprietário do caminhão. A empresa transportadora retira R\$35,00 (trinta e cinco reais), sobrando tão somente, R\$135,00 (cento e trinta e cinco reais) do frete que é feito de Ponta Grossa a Paranaguá, que é inviável, não há meios de subsistência, os caminhoneiros estão no limite.

A Rede Globo de Televisão se quisesse fazer um bom programa “No Limite” poderia observar os caminhoneiros do Estado do Paraná e principalmente, da região dos Campos Gerais e de Ponta Grossa que estão no limite, numa situação insuportável e só têm a nossa fala neste plenário; a posição dos 53 senhores deputados aprovando o nosso requerimento para que S. Exa., o Ministro, realmente faça com que aquilo que é o coração de todos nós, o trânsito da nossa produção seja atendido: o caminhoneiro da cidade de Ponta Grossa, da região dos Campos Gerais, do Paraná e do Brasil que está num estado de falência total.

Obrigado senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra a palavra o senhor deputado Orlando Pessuti.

O SR. NELSON TURECK

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Quero registrar, hoje, um acidente ocorrido perto do município e Guarapuava, o qual lamentamos profundamente, pois um grande companheiro nosso, um trabalhador incansável, agricultor, que ocupava o segundo mandato como prefeito da cidade de Mamborê, o popular Armando Alves de Souza que teve a sua vida ceifada quando se dirigia à capital do Estado, trazendo projetos, reivindicações, inclusive ao deputado Nelson Tureck e Divanir Braz Palma.

Na última semana, estivemos fazendo inaugurações naquele município e o prefeito, muito alegre, muito contente estava sempre preocupado com o povo da sua cidade e hoje, o destino quis e levou a sua vida.

Estarei me deslocando até o município de Mamborê, pois sempre tirei o chapéu para o prefeito pelo seu trabalho, pela sua seriedade e acima de tudo, pela justiça social que exercia em favor de seu povo naquela cidade.

Presidente Elio Rusch e deputado Antonio Anibelli: Ele também disputou uma eleição como deputado estadual, fazendo praticamente 85% dos votos do município de Mamborê. Toda a população votou nele, chegando quase a casa dos seis mil votos. Portanto, fica registrado esse lamentável acidente que ceifou a sua vida.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Gostaria de me somar às palavras de condolência proferidas pelo deputado Nelson Tureck, ele que repre-

senta o município de Mamborê aqui na Assembléia, juntamente, comigo.

Quero dizer da grande perda que tivemos com o falecimento do Armandinho, pessoa tão querida do nosso Estado, candidato pelo PPB a deputado estadual, juntamente conosco, ajudou a fazer a oitava cadeira aqui e depois se elegeu prefeito da cidade de Mamborê pela segunda vez.

Esse acidente às 08h00 da manhã, perto de Guaraçuva, tirou a sua vida.

Estou encaminhando à Mesa uma nota de condolências às famílias. Deixou filhos, noras, genros e tantos e tantos amigos por este Paraná.

O Armandinho sei que agora descansa em paz, queremos deixar aqui o nosso profundo pesar pela perda de um grande companheiro que tivemos na vida pública do Paraná.

Obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Quero me somar ao deputado Divanir Braz Palma e Nelson Tureck.

Na última eleição, o Armandinho concorreu a deputado estadual pelo PPB. Foi um companheiro nosso, da nossa convivência. Embora, não politicamente, mas de convivência pessoal.

Quero deixar realmente as nossas condolências e lamentar profundamente esse fato, porque se tratava de uma pessoa extremamente alegre, dinâmica de bom trato com todos que o cercavam e viam uma pessoa de fácil relacionamento. Realmente, uma pessoa que vai deixar, com certeza absoluta, muitas saudades aonde conviveu.

Acho que em nome da Assembléia Legislativa, poderíamos enviar um telegrama, em nome de todos os deputados, lamentando esse fato de um acidente de carro ocorrido hoje pela manhã, que tirou a vida dessa pessoa que era uma pessoa muito boa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Mesa se associa com as manifestações feitas pelos ilustre deputados, em relação à perda que a classe política, os prefeitos tiveram na manhã de hoje, que lamentavelmente o prefeito de Mamborê, o Armando de Souza foi mais uma vítima do trânsito violento que nós temos infelizmente, nas estradas de nosso País.

Certeza que toda a classe política do Estado do Paraná está enlutada.

Pequeno Expediente, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados:

Quero também iniciar a minha conversa na tarde de hoje, registrando, como estamos propondo também

via-requerimento, voto de pesar pelo falecimento de Armando Alves de Souza, meu jovem Armandinho.

O Armandinho, realmente, uma pessoa maravilhosa. No mandato anterior dele como prefeito, eu quando atendia o meu amigo Nelson Tureck que era prefeito de Luiziana, quando atendia o Same Saab, prefeito de Iretama, também prestava atendimento ao Armandinho, prefeito de Mamborê.

E na eleição passada, através da nossa equipe de assessores, prestamos a ele em muitos momentos, assessoria jurídica e também fomos levar lá o nosso modesto apoio à sua eleição como Prefeito Municipal.

Realmente, uma pessoa espetacular. Uma pessoa que valia a pena ser amigo dele, porque era um bom amigo e um bom companheiro.

Então, o sentimento de todos nós ao Armandinho, o Armando Alves de Souza, prefeito de Mamborê.

Quero também, neste momento em que retorno, posso dizer, à Assembléia Legislativa, já que estivemos ausentes deste plenário, desde o dia 16, para dizer que nos dias 16 e 17 em Brasília, tivemos importantes reuniões na CPI do Leite.

Importantes reuniões, discussões mais aprofundadas e que nós, tenho certeza, estaremos reproduzindo isso aqui na Assembléia Legislativa, através do trabalho da CPI dos Alimentos.

Nos dias 18 e 19 em Brasília; de Brasília fomos para Manaus, em uma comitiva de parlamentares desta Casa, para participarmos da 6ª Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais, onde se discutiu em profundidade, a questão ligada à ampliação do poder de legislar, das Assembléias Legislativas.

Todos nós temos seguidamente, reclamado que somos cerceados do nosso poder de legislar; e esse assunto vem sendo debatido em profundidade, através da União Nacional dos Legislativos Estaduais, com a participação de eminentes figuras do mundo jurídico, do mundo constitucional, que está a assessorar os parlamentos estaduais, inclusive esta Assembléia, nessa luta permanente. Nossa, dos deputados estaduais com vistas a ampliação do nosso poder de legislar.

O exemplo maior dessa luta nossa e deste desconforto que temos, é o volume, é o exagero de vetos que apresenta a cada dia o governador a esta Casa, em cima de projetos que nós apresentamos, que nós discutimos, e que nós, a Assembléia Legislativa aprovamos, e que depois, por esse mecanismo da inconstitucionalidade, ou da iniciativa simplesmente, é vetado pelo governador, engessando cada vez mais a atuação do nosso Parlamento Estadual que não pode legislar sobre o trânsito, não pode legislar sobre uma série de questões que nós gostaríamos de legislar com muito mais competência, com muito mais sabedoria, com muito mais condições do que legisla o deputado federal ou o senador, até por mais conhecimento.

Então, uma conferência anual da União Nacional dos Legislativos Estaduais atendeu aos objetivos pelas

quais ela foi convocada e as discussões que ali aconteceram, tenho certeza, serão de grande valia e chegarão todas ao conhecimento dos senhores deputados através dos jornais, através dos boletins informativos que a nossa Instituição Unale possui.

E lá também tivemos a sorte, o privilégio de participar do processo de escolha da nova diretoria, e nós tivemos a oportunidade de, junto com outros colegas, coordenar o processo de escolha da nova diretoria e digo que hoje o Paraná está muito bem representado na nova diretoria, porque conquistamos para o Paraná importantes funções: o deputado Cesar Seleme foi eleito para ser o 1º Tesoureiro da Entidade...

(Termina o tempo)

... senhor presidente, eu requisito o Horário do PMDB.

O deputado Cesar Seleme foi eleito o 1º Tesoureiro da nossa Entidade Nacional de Deputados Estaduais e certamente a partir do dia 1º de fevereiro de 2003 será o Tesoureiro Geral da Entidade, porque a nossa Tesoureira eleita agora, a deputada Maria José Mania (?), é candidata e certamente será eleita deputada federal e deixará, portanto, essas funções, que serão exercidas pelo nosso companheiro. Quer dizer, uma função das mais importantes passará a ser ocupada pelo nosso companheiro, o deputado Cesar Seleme.

Também conseguimos uma posição significativa no Conselho Fiscal da Entidade e o deputado José Maria Ferreira, que já era membro, permanece e agora na condição de presidente do Conselho Fiscal da União Nacional dos Legislativos Estaduais. O deputado Ademir Bier, por nós indicado, foi escolhido pelo conjunto dos deputados que representavam a Assembléia Legislativa do Paraná, foi escolhido para ser o Diretor Regional Sul da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Três funções que realmente engrandecem o Parlamento do Paraná e que certamente nos dá a condição de continuarmos participando ativamente da organização dessa nossa Entidade, de estarmos cada vez mais lutando pelo fortalecimento das Assembléias Legislativas e da atividade Parlamentar não só aqui no Paraná, mas no Brasil. Nós, na condição de ex-presidente da Unale, permanecemos com a indicação de sermos o representante do Brasil perante a Confederação Parlamentar das Américas que congrega os 35 países da América do Norte, da América Central, do Caribe e da América do Sul.

Portanto, o Paraná mantém a sua representação tanto a nível regional, como a nível nacional e também a nível internacional, dada essa nossa participação na Confederação Parlamentar das Américas.

Evidentemente, quero também estender os meus agradecimentos a todos os meus colegas parlamentares que ligaram para o nosso celular manifestando solidariedade com um problema de saúde que tivemos na família, já que o meu filho Moisés, de 19 anos, que estava comigo em Manaus, foi acometido de uma crise aguda de apendicite e no sábado, no domingo, na segunda e na terça nós

tivemos que ficar em Manaus cuidando desse problema de caráter pessoal que envolveu o meu moleque de 19 anos que foi submetido a uma cirurgia para a retirada do seu apêndice que estava prestes a supurar, e aí seria uma coisa muito mais grave. É uma situação que todos nós já passamos em outras oportunidades, mas que deixa a qualquer um em uma situação realmente de muita intranquilidade, porque você está em um lugar que não conhece basicamente ninguém, tem que se sujeitar a ser atendido por pessoas qualificadas, mas que você não conhece e levar o seu filho para uma cirurgia em um hospital onde você nunca entrou e não conhece as condições desse hospital. É uma situação, realmente, que tira a tranquilidade. Poderia ter vindo, deixado lá a Regina, mas entendi que era importante lá permanecer para cuidar de tudo. Em que pese ter recebido da Assembléia Legislativa de Manaus todo o apoio, também do nosso companheiro Manoel do Carmo, o Maneca, o presidente Lupércio, de toda a equipe de assessores daquela Assembléia, também da Unale recebemos todo o apoio estrutural, era necessário o apoio emocional, físico, do pai e da mãe ao lado do menino nessa hora de dificuldade. Quero, registrado isso, agradecer a todos aqueles que nos ligaram, que aqui se manifestaram, e endereçar um agradecimento especial também ao deputado Silvestri, que me substituiu na Sessão em Homenagem ao Dia do Índio; agradecer ao deputado Caíto Quintana, que nos substituiu nas homenagens ao companheiro Luiz Alfredo Malucelli, para o qual havíamos aprovado aqui, um Título de Cidadão Benemérito; agradecer ao deputado Zucchi, que ontem, a pedido do presidente Hermas Brandão, nos substituiu na Sessão em que tratávamos da questão ligada ao cooperativismo do Paraná. Enfim, agradecer a cada um de vocês que foi solidário, amigo, companheiro e que nos ajudou a superar mais esse momento de dificuldade na nossa vida. E é assim que as coisas têm que ser. Nós somos amigos, irmãos, companheiros, nos momentos de alegria, nos momentos de tristeza, nos momentos de facilidade e nos momentos de dificuldades.

Eu retornei a Curitiba nesta madrugada, e hoje estamos reassumindo na Assembléia.

Fico satisfeito porque as coisas transcorreram, mesmo aquelas que eram atribuições pessoais, dentro daquilo que nós esperávamos, por quê? Porque a gente pôde contar com todos vocês.

Ao final, quero dizer mais uma vez: a CPI dos Alimentos cumpriu a sua etapa de trabalho em Brasília. Amanhã uma equipe da Assembléia Legislativa estará em Florianópolis, estamos vendo qual dos deputados pode ir a Florianópolis para mais uma reunião da CPI dos Alimentos. Terça-feira, dia 30, teremos uma nova reunião no Ministério da Agricultura, e faço questão de relatar tudo isso porque muitas vezes as pessoas acham que estamos levando essa CPI na brincadeira, ou com falta de interesse. Quero dizer que todos os parlamentares têm participado com dedicação e com uma devoção muito grande. Mostraremos ao Paraná, a exemplo do que já se fez em

Minas Gerais, em Goiás, a exemplo do que está fazendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, vamos mostrar ao Paraná os problemas que existem na formação dos preços na cadeia produtiva do leite, desde o produtor até o consumidor, passando pela indústria de embalagens, pela indústria de laticínios e pelo comércio varejista. Nós já identificamos uma série de problemas e isso traremos ao conhecimento do Plenário quando for apreciado o relatório.

Concedo um aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Pessuti, nós ficamos sabendo do ocorrido com a sua família e nos entristecemos profundamente. Mas, quero fazer aqui um depoimento, em nome da nossa Bancada, em nome do PMDB: V. Exa. é um deputado importante não só para o PMDB, como ao Paraná, tem se notabilizado nesta Casa na defesa dos assuntos que afetam a vida do povo paranaense. E tem sido um deputado de expressão nacional, quando presidiu a Unale, quando participa de todo esse processo de articulação a nível nacional e sempre visando fortalecer o Poder Legislativo do nosso Brasil. V. Exa., deputado Pessuti, com certeza, tem o apoio e solidariedade de toda a Casa, porque tem se destacado na vida pública, merece o nosso respeito, a nossa consideração e, com certeza, para nós do PMDB é um orgulho tê-lo como companheiro de partido e como amigo.

Quero dizer também, deputado Pessuti, eu sei que V. Exa. os últimos anos de sua vida passou por momentos difíceis no aspecto pessoal e familiar, mas são os desígnios de Deus. Uma pessoa forte como V. Exa. idealista, lutador, corajoso, que leva a vida com firmeza, por isso com certeza, é Deus que permite na nossa caminhada para provar a firmeza do nosso pensamento.

Temos certeza absoluta que com esses ensinamentos V. Exa. cresce mais como ser humano, como pessoa e como político que é, orgulhando o povo do Paraná, orgulhando esta Casa.

Por isso quero fazer aqui em nome do meu partido, o PMDB esse manifesto do respeito que nós todos temos por V. Exa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado, deputado Nereu Moura, e sei que este é um sentimento pessoal de V. Exa., mas é também um sentimento, tenho certeza, da maioria dos companheiros aqui da Casa e até ousaria dizer que da totalidade dos companheiros. Graças a Deus nós não temos aqui nenhum inimigo e nem adversários, poderíamos dizer, porque nos confrontos que temos tido por aí afora a gente tem sabido respeitar cada um dos companheiros que estão aqui nesta Casa.

Finalizo, senhor presidente, reafirmando mais uma vez a importância que teve a nossa ida a Brasília na CPI do Leite, a importância que terá a ida dos nossos companheiros amanhã a Florianópolis para

fechamos uma discussão em cima da Portaria 56 e a importância que teve essa conferência da Unale quando nós discutíamos a ampliação do poder de legislar. Só para ter uma idéia, os nobres companheiros que aqui estão, uma das bandeiras que nós estamos defendendo, eu sei que não é do interesse de alguns companheiros este assunto, mas é uma atribuição que não pode ser retirada dos deputados estaduais. Por exemplo, hoje nós não podemos legislar sobre a criação de novos municípios ou a incorporação de novos municípios ou a fusão, desmembramento, seja lá o que for. Quer dizer, não tem sentido que nós, deputados estaduais, não possamos discutir isso. Possamos até um ou outro companheiro, e eu sei o posicionamento do deputado Neivo Beraldin, do deputado Nelson Justus, por exemplo, que não são favoráveis à criação de novos municípios, mas nós temos outros parlamentares que assim desejam.

Agora, o que temos que ver é que não podemos retirar esta competência do parlamentar estadual.

Então, é isto que, muitas vezes longe daqui, estamos fazendo: procurando fortalecer aquilo que acreditamos ser uma coisa necessária e importante que é o parlamento estadual.

Muito obrigado senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de ao cumprimentar todos os que estão presentes aqui, fazer um registro da presença do meu pai, Albino Zucchi, que está assistindo à Sessão de hoje, do Adelino Rufino, meu amigo, e também do Nelson Robert (?) que está aqui e que são lá de Itapejara do Oeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

É um prazer muito grande a Assembléia Legislativa receber o pai de V. Exa. e com toda certeza ter um filho como a sua pessoa engrandece e enobrece qualquer cidadão.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Eu quero também me somar à alegria do deputado Augustinho Zucchi pela presença do seu progenitor aqui, de seus amigos de Itapejara do Oeste. Com certeza todos os deputados que têm pai e mãe, tê-los aqui, além da satisfação do deputado, dever ser uma alegria muito grande para o pai, o caso do seu Zucchi aqui, ver o filho nesta Casa já por dois mandatos, vindo lá do interior, do sudoeste do Paraná e aqui lutando pelo povo do nosso Estado, brigando, defendendo, honrando não só os votos que recebeu, mas sobretudo os ensinamentos que seu pai lhe deu desde criança.

Quero também, senhor presidente, registrar com alegria a presença do meu primo, empresário de Catanduvas, Francisco Alves de Oliveira, que também honra esta Sessão com a sua presença.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados.

Quer aqui me somar à alegria do meu companheiro de bancada, Augustinho Zucchi, por ter nesta sessão a presença do seu pai.

Como disse o deputado Nereu Moura, se existe uma razão e uma felicidade para um filho ter o pai numa Sessão como esta atuando, muito mais cheio de orgulho se sente o pai vendo o filho atuando e caminhando, e pode ter certeza Sr. Zucchi, tem um filho competente, um parlamentar sintonizado com as questões da população, e como ele mesmo costuma dizer: “sou filho de um colono”, e é o filho do colono que está erguendo a voz em prol dos paranaenses, especialmente da agricultura.

Quero também me associar à família do Armando Alves, e a todos os que aqui fizeram o registro de seu passamento.

Fui companheiro, como prefeito, também fui da cidade de Ipirorã e ele à época da cidade de Mamborê.

Senhor presidente, ontem nós tivemos a oportunidade de submeter à Casa a votação de uma série de requerimentos que indagava do governo informações que seriam extremamente simples, rotineiras dentro de uma administração pública que prima pela transparência, pela legalidade, pelo respeito à sociedade e sobretudo, dar satisfação às contas do Estado.

Foram oito requerimentos endereçados à Secretaria Estadual do Transporte, especialmente ao DER, à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para saber aonde foi e aonde estão sendo aplicados 1 bilhão de reais que o governador Jaime Lerner alega ter feito nos últimos sete anos.

Eu enquanto cidadão e como boa parte dos cidadãos paranaense, gostaria de saber aonde foi empregado 1 bilhão de reais, até porque a imprensa stampa o desperdício de 600 milhões de reais, no Estado do Paraná. São desperdícios que consomem 600 milhões de reais.

O Tribunal de Contas faz o levantamento e a cronologia da corrupção, do desregramento da coisa pública.

Ora, e o que estamos nós a fazer nesta Casa com Plenário, com Comissão de Fiscalização, Comissão de Tomada de Contas, Comissão de Orçamento? Nada! Por quê? Por que deputada Serafina? Nem passa requerimento que buscam conhecer aonde o governo pôs os recursos, e eu não estou só acusando o governador e o governo do Estado, mas também a governos municipais.

E quando se busca a informação, evidentemente, não se dá quórum!

Seiscentos milhões de reais! Se fizéssemos casas populares, dariam 100 mil, em convênio com as prefeituras, se multiplicarmos pela média de 4 habitantes por uni-

dade estaríamos agasalhando 400 mil pessoas, só com o desvio que se apurou recentemente.

E mais, nós solicitamos também informações senhor presidente, para conhecer o empréstimo de 150 milhões de dólares, intermediado pelo Banco Santander e pela Solomão Broters (*sic*), que vence agora dia 02 de maio, daqui a 10 dias.

Cento e cinquenta milhões de dólares são mais de 600 milhões de reais, que com certeza o Governo está tentando rolar, porque não tem os recursos para honrar esse compromisso dia 02 de maio. E não foram governos anteriores que fizeram. Foi esse próprio Governo.

Mas, hoje, em função quem sabe do próprio requerimento negado ontem, em plenário, a sua aprovação, o jornal Estadual trouxe: “Copel quer trocar dívida; avalia mercado”. Acrescenta mais, que a Copel agora tentando justificar a sua entrada no mercado europeu vai rolar.

Mas, 600 milhões de reais não se encontra na augibeira (*sic*) de qualquer banqueiro, mesmo que seja banqueiro. É um processo que demanda tempo, que demanda análise e não é dessa forma que vai rolar essa dívida. Como já ficou os 600 milhões do Banestado, das ações da Copel.

Ora, se somarmos os dois vai para 1 bilhão e 200. É por isso, que o Governo do Estado, na maioria dos municípios por onde passa não consegue falar com a população.

Aqui também, como nós estamos vendo, o Plenário está vazio, encontramos lá, no seio da população, a voz oca e vazia do Governo chegando. Porque chega antes os atos de corrupção, os vagos atos de desregramento da coisa pública.

Foi feito um projeto para entregar a Copel, numa ação temerária, em que a própria população do Paraná, através da sua manifestação mais genuína recusou participar. Nós estamos vendo de uma outra forma: o Governo penhorando a Copel.

Se analisarmos, só esse empréstimo de 150 milhões de dólares, que vence dia 02 de maio, representa 10% do capital, do patrimônio contábil registrado na Copel.

Por isso a preocupação, a necessidade de conhecermos as informações, os dados que ontem fizemos e que hoje volto a reinterar a esta Casa. Eles são importantes para que possamos acompanhar a administração do Estado.

Com aparte o deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Ficam assistindo esse Governo fazendo aquela média com os municípios pequenos, levando alguns cheques por intermédio de deputados que lhe dão sustentação. Ficamos analisando e verificando que o Governo falseia os documentos. Constatamos que esse dinheiro que está indo lá, é o dinheiro que não foi repassado para o Fundef. É o dinheiro das crianças desviado da função principal do Fundef. Porque o Governo declara na sua

prestação de conta que ficou devendo em 2000 para 2001, 120 milhões ao Fundef.

É ausência absoluta do Banco Central, que ignorou uma situação do Banco do Estado do Paraná, não intervindo e permitindo emprestar ao Governo do Paraná, 5,6 bilhões integralizando 3.700 em 1998. E depois em 1999 ele já tinha mais três bilhões de furo, por isso que o valor do Banestado foi calculado em 404 milhões, dando o Banco de presente e mais uma possibilidade de absolver ou declarar na Receita de impostos, mais de um bilhão e cem milhões de reais que nós tínhamos de crédito. Passamos ao Itaú, tudo isso!

Eu digo mais uma vez para não ser cansativo e redundante: a situação administrativa do Estado do Paraná é grave, é gravíssima; a situação administrativa do Estado do Paraná é caso de polícia. Há desvio da Lei de Responsabilidade Fiscal. Há inúmeras irregularidades. Então, não vamos ficar nos alongando. O fato é que estamos alertando para isso. Deputado José Maria, V. Exa. tem feito isso ao longo do tempo e nós verificamos que cada dia mais estamos nos afundando e agora, tentam inverter a situação do governo, gastando dinheiro na mídia e dizendo que o governador está com o caixa em dia, que o governo tem dinheiro em caixa, dizendo que ele pode levar dinheiro aos municípios, quando na escrita, é completamente diferente.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte do deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Ângelo Vanhoni

V. Exa. permite-me um aparte?

(Assentimento)

Na realidade, para fazer uma contribuição a esta análise que o deputado José Maria Ferreira vem traçando, no que diz respeito aos números do Estado. O governo, de uma certa forma, fala com correção do dinheiro que tem para receber, da dilação de prazos em função das indústrias que para cá vieram e tiveram o ICMS dilatado, no seu tempo de recolhimento.

A partir não sabemos de que data, porque nós não temos nenhum número das empresas e nem quais as empresas que fizeram uso desse benefício no Estado do Paraná, mas o governo faz uma comunicação ao povo do nosso Estado de que teria mais ou menos 800 milhões a receber, de dilação de prazo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Fez isso em “outdoor”.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Fez isso em “outdoor” e o governador falou na televisão, recentemente, mas é preciso lembrar que o governo vai ter que pagar 500 milhões de reais. Quer dizer, esses 800 já não são mais 800, porque o Tesouro Nacional acabou de concordar com uma negociação do

Banco Itaú em relação às ações da Copel, do pagamento de 500 milhões de dívidas junto ao Itaú. Então, na realidade, não serão esses 800 milhões. Já baixa para 300 milhões todo o lucro que se teve, se é que podemos dizer “lucro”, da dilação de prazos. Apenas 300 milhões é que deverão entrar em caixa porque o governo vai ter que pagar 500 milhões de reais, em três anos. O próximo governo não poderá utilizar esses 800 milhões. Vai ter que recolher ao Tesouro Nacional perto de 500 milhões, que é o Banco Itaú.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Bem lembrado, deputado Vanhoni.

Só o desvio dos títulos podres consumirá toda a poupança feita em sete anos do propalado, divulgado processo de industrialização do Estado do Paraná.

Senhor presidente, eram essas as considerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Recebemos nesta tarde na tribuna de honra, o presidente do PT do município de Figueira, Sr. Ademar. Recebemos também o jornalista Tarcísio da “Folha da Verdade de Figueira”, acompanhados de outros amigos. Apenas para desabafar um pouco aqui, inclusive, o desejo dos companheiros do partido.

Fizemos, eu e o deputado Hermes Fonseca, uma pequena faixa em homenagem ao município de Figueira, pelo seu aniversário. E os nossos militantes colocaram na praça da cidade, como uma forma de homenageá-la. A faixa constava o nosso nome, o nome do nosso partido, do partido a nível estadual e municipal. E os assessores do prefeito foram lá e arrancaram a faixa. Fica bastante angustiante, fazermos uma homenagem à cidade, na medida em que os outros não querem. Mas, vamos ajudar Figueira do mesmo jeito.

Senhor presidente, o que me trás à tribuna é comunicar à Casa que a decisão da Justiça da comarca de Formosa do Oeste, com base na auditoria do Tribunal de Contas, com base na pressão feita por mim, pelo deputado Nereu Moura, pelo empenho que nós tivemos junto aos vereadores do município de Nova Aurora para investigar as irregularidades locais.

Trazemos a notícia de que o juiz da comarca de Formosa do Oeste determinou a cassação do prefeito de Nova Aurora, Sr. Delmo, que conheço muito bem. E aqui nesta tribuna, poucas vezes falamos de algum prefeito, porque não estamos intrinsicamente ligado ao movimento do município. Mas aquele prefeito eu o conhecia muito bem, porque o havia apoiado na primeira legislatura. Nós tínhamos o secretário da Educação, e sabíamos

o que estava acontecendo na educação. O PT rompeu politicamente, o secretário saiu da administração, escreveu uma nota na imprensa, explicando os motivos da saída, entre as quais, o desvio do dinheiro do Fundef, porque o secretário não tinha acesso à contabilidade e aí não suportando mais essa situação, saiu. O prefeito reelegeu-se, porque lá disputamos com candidato próprio. Continuou o roubo na Prefeitura, as irregularidades passam de cinco milhões, e ele está cassado. Foi comunicado à Câmara de Vereadores, o prefeito não assina a notificação. Agora há pouco um jornalista da Folha de São Paulo, pedia maiores informações a mim. Queria confirmar comigo se a família do prefeito tinha gente nos Estados Unidos - falei que sim! Que tem um filho nos Estados Unidos, porque ele estava tomando um avião em Cascavel, o avião da TAM; e o passaporte dele, já foi comunicado pelo próprio presidente da Câmara, o passaporte está cancelado, possivelmente viajaria para os Estados Unidos com sua família toda, porque todos eles têm visto para os Estados Unidos. Ele mesmo já admitiu na imprensa.

Então a situação do município é dramática.

Não estou tratando somente das questões que foram levantadas pela auditoria; estou falando de convicção pessoal, com relação à administração pública.

Na Câmara Municipal de Nova Aurora temos uma vereadora do PT, com outros vereadores de Oposição, constituíram uma comissão processante. Contudo, nós sabemos que os vereadores de município pequeno não têm tantos instrumentos de assessoramento para fazer uma boa peça jurídica. Um detalhe qualquer fez com que o prefeito conseguisse na justiça embargar a comissão processante - está havendo debate jurídico - mas, com toda pressão feita, com a atuação do deputado Nereu Moura, que lá tem base eleitoral, conhece profundamente a realidade do município e era um dos questionadores da realidade funcional do município, a partir disto o Ministério Público em Formosa do Oeste apresentou o pedido de cassação do prefeito e o prefeito está cassado.

E digo mais: o relatório do Tribunal de Contas não fala só em cassação e em responsabilização criminal. É um dos poucos relatórios do Tribunal de Contas, não é produzido por nenhum conselheiro, deputado Neivo Beraldin, nenhum conselheiro, é um relatório de auditores, da turma de baixo, auditores competentes, sérios, que às vezes não são levados em consideração; mas os auditores recomendam a intervenção. E sabe por que recomendam a intervenção do município? Para parar com o desvio de recursos. Quer dizer que foi um negócio absolutamente escandaloso. Proporcionalmente, os desvios de recursos do município de Nova Aurora superam aos desvios, proporcional à cidade, superam aos desvios de Londrina, que foi motivo de cassação do prefeito.

Estamos enviando, com assinatura de vários senhores deputados, notadamente a maioria da Oposição, informando ao ministro da Educação, sobre irregularidades do Fundef e também vai acompanhar uma carta de

emissão do nosso secretário da Educação, ex-secretário da Educação, os motivos da demissão do secretário na ocasião, para que o Ministério da Educação tenha um departamento próprio, que encaminhe imediatamente para o Ministério Público Federal, para pedir a cassação do prefeito pela justiça federal. Também enviando uma cópia de satisfação aos vereadores pedindo, mais uma vez, a eles que se empenhem na formulação de uma comissão processante para investigar, porque se porventura o prefeito tiver alguma razão, vai ter o espaço para ele defender-se. Coisa na qual não acredito, por convicções pessoais já anunciadas.

Por fim, também estamos enviando um ofício, não vamos debatê-lo na Assembléia, assinado por vários parlamentares, a maioria da Oposição, pedindo que o Tribunal de Contas, imediatamente, peça a intervenção, comunique à Assembléia e peça a intervenção do município, porque é competência do Tribunal fazer o pedido para nós e para o governador do Estado.

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Colombo, na verdade é preciso pôr um basta na corrupção, tanto no plano estadual como no plano municipal. E o fato é que o povo brasileiro está enojado com tudo isso que tem ocorrido e que a imprensa tem revelado em elevada monta. Aqui no Paraná tivemos o caso do Belinati, do Gianoto, do prefeito de Foz do Iguaçu, do prefeito de Ponta Grossa e de diversos prefeitos por aí. O prefeito de Carambeí, que inclusive está afastado da função, por desvio de dinheiro público.

Agora, o que é que acontece, deputado Colombo? Eu não sei a situação que o Paraná está vivendo. Lá em Nova Aurora essa situação nos remete à eleição de 98, porque em 98 o governador Jaime Lerner liberou dinheiro para as prefeituras gastarem na campanha eleitoral. E o Tribunal de Contas encontrou o desvio de cem mil reais. Cem mil reais para gastar na campanha eleitoral!

O SR. IRINEU COLOMBO

Nota fria de empresa fantasma.

O Sr. Nereu Moura

Notas frias de empresas inexistentes. E se for checar por aí, vamos encontrar outras tantas prefeituras que se envolveram no mesmo episódio de 98. Então, olhei a auditoria feita pelo Tribunal de Contas, que checkou a inexistência dos endereços das empresas fantasmas, notas frias, e o Ministério Público de pronto pediu o afastamento do prefeito e a juíza de pronto determinou o seu afastamento pela gravidade da situação e o que nos preocupa, deputado Colombo, é que essa situação é verificada em grande parcela dos municípios por culpa do governo e o Tribunal de Contas está rejeitando uma grande parcela de contas de prefeituras com os mesmos vícios.

Então, é extremamente preocupante, e nós estamos sabendo que convênios estão sendo assinados pelo governo do Estado e existem rumores que também parte desses convênios já estão comprometidos com a campanha eleitoral.

É necessário tomarmos providências para denunciarmos todos os casos que tivermos conhecimento que houveram desvio do dinheiro público, para que possamos denunciar ao Ministério, às câmaras municipais, nós do PMDB estamos mandando uma cartilha para cada município, dizendo que o prefeito que desviar dinheiro público será denunciado.

Não queremos que o dinheiro do povo do Paraná seja levado pelo ralo da imoralidade e da roubalheira.

Por isso o caso do município de Nova Aurora.

Temos que cumprimentar a justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Contas pela postura que tomaram em relação a este caso e outros casos do Paraná, fazendo com que o exemplo seja aplicar o dinheiro público em favor do povo e não em favor de algumas figuras do nosso Estado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Nereu Moura, quero parabenizar V. Exa. pela atuação neste episódio.

O Sr. Valdir Rossoni

É que eu ouvi aqui o deputado Nereu Moura. A gente até se acostuma com as palavras do deputado Nereu Moura, mas quero dizer que amanhã eu estarei visitando vários municípios do Paraná com o governador e eu gostaria que o deputado Nereu Moura fosse firme na sua fiscalização onde eu estarei entregando recursos. Porque certamente estará colaborando para que os recursos que estarei levando sejam bem investidos.

Todos os recursos que levo, tenho feito da seguinte maneira: entrego no meio do povo para que ele saiba o valor e possa acompanhar que será investido.

Então, que não fique nenhuma dúvida.

Seria importante que o deputado Nereu Moura trouxesse aqui as denúncias que tem, pois tem as denúncias e não as trás, daí fica todo mundo sob suspeita e eu não quero, de forma nenhuma, ficar sob suspeita.

Então, o dinheiro que entrego junto com o governador, os convênios, são públicos na frente de milhares de pessoas e desafio ao deputado Nereu Moura a trazer, se por alguma eventualidade, se algum município onde eu atuo, eu vou receber como uma prestação de serviço ao povo do Paraná porque não é essa a nossa vontade: que aconteçam desvios de dinheiro público.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, fui citado nominalmente pelo deputado Valdir Rossoni, embora não tenha citado o seu nome. Não sei por que o deputado assumiu as dores, eu não citei seu nome.

Citei um caso específico de Nova Aurora que estamos acompanhando e falei que há rumores, não citei o nome de absolutamente ninguém.

E que nós, sim, iremos com o nosso dever de fiscalizar e onde houver suspeitas, iremos fiscalizar, denunciar ao Ministério Público, às câmaras municipais, iremos encaminhar ao Tribunal de Contas.

Iremos sim. Esse é o nosso papel. Papel que o povo do Paraná nos legou, mas não citei nome de ninguém aqui.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura, com todo respeito, também não citei o seu nome. Mas quando se joga que existem possíveis denúncias, sou um deputado que amanhã estarei viajando com o governador em mais de 40 municípios do Paraná, não quero que fique suspeita sobre a minha pessoa. Joga um monte de pena no ar e a suspeita fica. Inclusive convido V. Exa. a me acompanhar e a sua companhia certamente vai contribuir em muito para os municípios que atuo e para que esses investimentos sejam bem feitos.

O SR. IRINEU COLOMBO

A minha preocupação básica com Nova Aurora, além das questões das empresas fantasmas, dinheiros desviados, com relação a plenas garantias de que houve fraude, desvio de recursos e não administração correta com o dinheiro do Fundef. E a principal testemunha o ex-secretário da Educação que não assinou nenhum empenho, nenhum documento, nem os documentos da ata do Conselho Municipal de Administração do Fundef. Irregularidade prevista da Emenda Constitucional nº 14 e também da Lei nº 4344/96 legislação federal, que rege essa questão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Não quero me alongar hoje, porque na próxima semana farei um pronunciamento nesta tribuna onde não vou discursar, vou afirmar com documentos que o dinheiro que está sendo levado para o interior para fazer política é o dinheiro da Fundef. É o dinheiro das crianças do ensino fundamental.

Ocupo a tribuna nesta tarde para comunicar à Casa e à imprensa que amanhã iremos realizar aqui no grande plenário um seminário, onde vamos discutir a questão do transporte elétrico para Curitiba e da região metropolitana. Teremos a abertura com a presença do nosso presidente Hermas Brandão. Na sequência teremos uma palestra demonstrando a experiência de transporte metropolitano na cidade de Porto Alegre. O Dr. Pedro Neto vai

nos contar da sua experiência com esse sistema. Depois teremos as experiências de transporte metroviário da cidade de São Paulo com o Dr. Luís Fernando Tomazi que é diretor da companhia de planejamento do sistema em São Paulo. Logo após teremos a palestra do diretor-presidente de planejamento da superintendência de trens de belo Horizonte. Às 11h00 teremos a palestra do Dr. Maurício Carneiro Leão superintendente de trens urbanos de Recife. Às 11h30 teremos as experiências demonstradas do Rio de Janeiro pelo Dr. Eli Canetti gerente e planejamento de controle de tráfego do Rio de Janeiro. Teremos intervalo para o almoço. Às 14h00 teremos as considerações gerais da Comec de Curitiba. Depois às 14h30min teremos a apresentação do estudo de potencialidade de Curitiba e região metropolitana para implantação de transporte de trem metroviário, o engenheiro Airtton João Cornelsen; às 15h00 teremos mesa redonda, aonde todos os palestrantes em conjunto com o CREA, o IPE, a Universidade Federal, a PUC, Copel, o engenheiro Airtton Cornelsen, a Come, vão poder tirar conclusões dos debates que possam surgir durante esse Seminário, que conta com essas expressivas figuras que vêm nos relatar suas experiências, contar as suas histórias, mostrar quantos usuários de trem temos em cada metrópole brasileira e teremos uma revelação de como funciona o sistema no mundo.

É um dia, portanto, da maior importância que quero contar com a participação dos senhores deputados estaduais, sobretudo, dos deputados aqui da região metropolitana de Curitiba, porque podemos estar discutindo um assunto que vai desafogar o trânsito de Curitiba. Nós sabemos que o anel central da cidade sofre uma superlotação de tráfego que estressa as pessoas, existem muitos que levam uma hora e meia para ir ao trabalho e outro tanto para voltar para casa.

Tudo converge para o centro de Curitiba, Estação do Guadalupe, Praça Rui Barbosa e naturalmente, a nossa idéia é evidenciar que existe um traçado de linhas de trem que as pessoas poderão circular para o trabalho, para o lazer lendo o seu jornal, porque não tem tráfego. O que não pode é continuar do jeito que está: o nosso anel central superlotado e ficarmos discutindo a possibilidade de investimentos além do nosso limite, pois sabemos que a fonte de receita tanto do Poder Municipal, quanto Estadual, é uma só: a receita dos impostos.

Se investirmos e comprometermos as nossas finanças em projetos faraônicos, sobretudo, aqueles que têm a tecnologia de estrangeiros, de pessoas que têm uma outra condição econômica, social e técnica. Acho que temos que discutir os nossos problemas e resolver localmente.

Podemos, deputado Luiz Carlos Zuk, até pensar globalmente, mas temos que agir localmente, dentro das nossas possibilidades.

Essa idéia pode servir a mais de um milhão de pessoas de Curitiba e região metropolitana e esse dia de amanhã encerra a nossa participação política nesse episódio de transporte de massa em Curitiba e região metropo-

litana, trazendo, exatamente, aqueles que têm o mesmo sistema e vão nos mostrar as suas experiências.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Veja só, deputado Neivo Beraldin, quando V. Exa. trouxe a esta Casa a primeira posição sua em um processo alternativo àquele apresentado pelo prefeito de Curitiba, diversos senhores parlamentares que não se encontram no plenário nesta tarde, não sei por que razão, fizeram com que além de V. Exa. falar, trouxesse um novo projeto e uma alternativa, não só na constatação de palavras que fazia V. Exa. naquela oportunidade.

Hoje e amanhã, mais precisamente, sua pessoa está trazendo aqui exemplos que já estão sendo realizados e comprovados em diversas capitais do Brasil.

A partir desse seminário, deputado Neivo Beraldin, com essa documentação, esse arrazoado de pessoas que realmente conhecem de perto a transitabilidade das várias capitais brasileiras, V. Exa. terá em mãos e a oferecer à Prefeitura de Curitiba e àqueles que não acreditavam no ponto que V. Exa. se encontra e vai chegar ainda, num oferecimento, num preço muito menor e numa tecnologia que nós já possuímos e num avanço que nós desejamos não contaminar as próximas administrações da capital, de Curitiba, V. Exa. merece de todos nós o aplauso, o reconhecimento e a vontade de acertar.

Parabéns, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERADIN

Muito obrigado, deputado Zuk.

Agora, vejam que estou mostrando aqui fotografia do trem na França, fotografia dos Estados Unidos, fotografia do Japão, da China.

Nós estamos mostrando fotografia da Espanha, da Inglaterra, estamos mostrando como funciona.

E nós estamos evidenciando que em 1943, o plano de Curitiba, elaborado pelo então Alfredo Hagasshi (?) autor do 1º Plano-Diretor de Curitiba em 1943 sugeria que o terminal rodoviário fosse complementado atualmente, com Curitiba e região metropolitana.

E, mostrava já na época, os 102 quilômetros de linhas férreas que possuíamos e curiosamente, os técnicos contratados pelos superintendentes da Sudesul, Airtton Cornelsen, contratado técnico da Iugoslávia, eles aqui estiveram e disseram o seguinte: “olha, Curitiba e região metropolitana têm o melhor sistema de transporte de massa do mundo, já pronto”.

Então, nós vamos verificando, para que os deputados tomem consciência que existe um projeto elaborado, onde evidencia a mostra da condição técnica.

Vejam que aqui está o transporte de carga que é feito de Rio Branco do Sul a Curitiba. Vejam que aqui tem espaço para mais dois trilhos. Vejam que aqui tem espaço para a cerca de concreto e aqui tem toda a condição técnica de chegarmos a esse nosso objetivo.

E vejam, os senhores, isso aqui é Curitiba e região metropolitana. Está toda ela cercada na área populacional, por linhas de trem. Apenas é necessário fazer 14 quilômetros, que sai do bairro Tatuquara e vai chegar a Rio Branco do Sul, para integrarmos toda a grande Curitiba, com transporte elétrico ou seja: o Expresso Metropolitano.

E toda a movimentação, deputado Fernando, vai sair das praças centrais e vai lá para a estação rodoviária e todas as estações de trem estão previstas sempre ao lado das estações de ônibus, ou sejam das vias expressas.

Então, o cidadão pode sair de Tamandaré parar em Pinhais, sem ter que passar em Curitiba.

Ele pode sair de Araucária, sem passar no Portão, Pinheirinho: Ele pode sair de Piraquara e trabalhar na Cidade Industrial, sem passar no centro de Curitiba.

Isso não é possível mais. Todas as soluções que forem oferecidas, que fossem, para abrir uma nova rua, uma nova avenida, nós estaremos então consumindo mais combustível, estaremos poluindo mais o ar, estaremos consumindo mais pneu da Firestone, da Goodyer, internacional, americana.

Estaremos atendendo os grandes interesses econômicos do mundo. E se verificamos a nossa história, vamos constatar que os americanos nunca deixaram o Brasil desenvolver o custo Brasil, porque nunca deram dinheiro emprestado, nunca incentivaram a construção de hidrovias, nunca incentivaram a construção ou a manutenção ou o uso das ferrovias, porque evidentemente, o nosso custo, o nosso frete, iria competir com a indústria americana que domina o setor.

E por via de regras, o Banco Mundial sempre recebe os nossos governantes brasileiros, seja Nacional ou Estadual, e sempre dita as regras: tem dinheiro para isso, mas não tem para aquilo.

Sabe quando que o Banco Mundial daria dinheiro para construir a Hidrovia do Ivaí?

Nunca, porque aí nós ganharíamos uma independência, uma diminuição no custo do frete e estaríamos competindo com eles. Sabe quando eles dariam um dinheiro para agilizarmos os nossos portos brasileiros, para ganharmos agilidade na exportação e na importação?

Não. Agora, não são os americanos, não é o 1º mundo que não vai dar isso e que não dá isso ao Brasil. Ninguém dá! Então, temos que agir localmente com as nossas condições, com as nossas pernas e aí transformarmos as coisas. As coisas vão ser transformadas efetivamente neste País, quando as pessoas pensarem globalmente, mas agirem localmente e tenho certeza que essa discussão, esse seminário vai possibilitar esse debate e naturalmente a hora que os técnicos, os prefeitos, os vereadores, a comunidade conhecer na prática o projeto, eles estarão do nosso lado e, com certeza, nós vamos conseguir mudar. Vejam que já estão pedindo em Maringá e Londrina o trem Londrina-Maringá. O projeto já está

pronto, o engenheiro Airton Cornelsen já fez. Por que o estudante que vive em Maringá e quer estudar em Londrina tem que passar pela rodovia, se pode passar pela ferrovia? Vai ver muito verde, vai andar sem tráfego, sem buzina, sem pagar caro a passagem e vai ter uma viagem muito mais sadia, muito menos estressante.

Conto com a participação dos senhores deputados para esse grande evento de amanhã.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PL, PSC, PSL, PPS, PPB, PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança das Oposições.

(**Todas Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Convidamos o deputado Hermas Brandão para assumir a Presidência, cadeira que lhe pertence.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Projeto de lei de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartório, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Quero participar ao Plenário que a partir do dia 30 estarei me afastando por 10 dias da Presidência da Casa para tratar de assuntos particulares. Neste período, assumirá o vice-presidente, deputado Elio Lino Rusch.

Esta Casa também anuncia, com grande pesar, o falecimento do prefeito Armando Alves de Souza, de Mamborê, ocorrido hoje em acidente automobilístico.

O SR. VALDIR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, simplesmente para registrar, aqui, nesta Sessão de hoje, a presença do ilustre prefeito de Astorga, Carlos Keib (?) e sua comitiva.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos Anais desta Casa a presença dos ilustres visitantes.

Participamos também aos parlamentares que amanhã não haverá Sessão Ordinária normal, pois conforme requerimento aprovado no dia 13 de março, será realizado amanhã, no plenário, a partir das 09h00, o 1º Seminário Estadual de Transporte Metroviário, por solicitação do deputado Neivo Beraldin. Ficam, então, convidados todos os parlamentares a participarem do Seminário Estadual de Transporte Metroviário.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 113/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que cria cursos preparatórios ao vestibular nas escolas públicas de 2º e 3º graus, da rede pública. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 113/99 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados Cursos Preparatórios ao Vestibular nas Escolas Públicas de 2º e 3º graus da Rede Estadual de Ensino.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação deverá estruturar as escolas de 2º grau da rede pública estadual, nas cidades pólos, visando receber as matrículas a partir do ano letivo de 2002.

§ 1º - Neste período as Secretarias de Estado da Educação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, deverão preparar, respectivamente, o corpo docente das escolas de 2º e 3º graus, para atuar nestes cursos.

§ 2º - Os cursos propostos funcionarão nos prédios da própria estrutura das escolas públicas de 2º e 3º graus do Estado.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar dotação própria para o custeio das instalações e funcionamento dos cursos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.04.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, fica obrigatória a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 293/2000 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a distribuir, gratuitamente, medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.04.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 701/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que cria exigências mínimas de qualidade nas licitações do Estado para a compra do café torrado e moído consumido nas repartições públicas do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 701/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O café torrado e moído a ser licitado pelas repartições públicas do Estado do Paraná, deve obedecer as seguintes exigências mínimas de qualidade do produto:

- I) café 100% arábico;
- II) bebida dura livre de gosto riado e rio e sem sabores e aromas estranhos ao café;
- III) tipo 06 (seis) para melhor;
- IV) sem descrição de peneira;
- V) torra média e homogênea.

Art. 2º - Para a habilitação de empresas em licitações públicas do café torrado e moído torna-se obrigatória à apresentação de amostras de 02 (dois) kg de café torrado em grãos; amostras de 02 (dois) kg de café torrado e moído; e amostras de 02 (dois) kg de café cru, todas correspondendo ao mesmo café. A licitação será aprovada mediante laudo técnico da Claspar com a fiscalização da Emater e da Apac (Associação Paranaense de Cafeicultores).

Art. 3º - A empresa que porventura não entregar o produto licitado com as mesmas especificações exigidas e apresentadas quando de sua habilitação, ficará automaticamente afastada de todas as licitações do governo do Estado.

Parágrafo Único - Ocorrendo a fraude por parte da empresa vencedora na entrega do produto não condizente com as amostras inicialmente apresentadas, a empresa subsequente será chamada para atender a demanda da licitação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.04.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 136/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Distrito de Rio Verde - ACURV, com sede no município de Juranda, e foro na comarca de Ubatã - Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 136/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Distrito de Rio Verde - ACURV, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.04.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 137/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Bairro Lar Paraná, com sede e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 137/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Bairro Lar Paraná, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.04.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 006/2002, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o Ressarcimento das Despesas dos senhores deputados, meses de janeiro de fevereiro de 2002, conforme Resolução nº 15 de 19.06.92. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 043/2002, de 16.04.2002. - 1ª Discussão)

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que inclui no conteúdo programático das escolas de primeiro e segundo graus; da rede pública estadual de ensino, a matéria de orçamento público. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CO. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APRO-

VADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 691/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que inclui o município de Sertãozinho na região metropolitana de Londrina. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 002/2002, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que institui o prêmio do Mérito-Universitário Paranaense e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 579/2001, de autoria do deputado Moisés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes de Primeiro de Maio - AEP, com sede e foro no município de Primeiro de Maio. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva Geral da CCJ.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense dos Portadores de Esclerose Múltipla - Alpem - Londrina e região, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São José da Boa Vista, com sede e foro nesta cidade. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva Geral da CCJ.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/2002, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Nasa - Núcleo de Ação Solidária à Aids, do município de Foz do Iguaçu, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva Geral da CCJ.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/2002, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação e Apoio à Criança e Adolescente Mão Amiga, do município de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva Geral da CCJ.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores do Santo Rei - Aprosrei, com sede no município de Nova Cantu e foro no município de Campina da Lagoa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva da CCJ.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores Santa Luzia, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Santa Terezinha, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Casa Mais Vida, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 915, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 921, de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 922, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 930, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 933, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 971 e 972, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 936, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 940, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 941, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 944, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, com apoio do deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 946, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 948, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 949, de autoria do deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 950 e 951, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 952, 953 e 954, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 955, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 957 a 960, de autoria do deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 961, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 962, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 965, de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 966 e 967, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 968 e 969, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 970, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 974, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 894, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Verificação de votação solicitada pelo deputado Durval Amaral.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Chamada nominal solicitada pelo deputado José Maria Ferreira.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Fernando Guimarães**)
(**Procede à chamada nominal**)

Vinte e três deputados estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há quórum para deliberação.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, às nove horas, o I Seminário Estadual de Transporte Metroviário.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 579/2001; 034, 035, 126 e 135/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 109, 212, 381/2000; 112, 271, 299, 363, 679 e 091/2002.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO HERMAS BRANDÃO EM SESSÃO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2002.

**“Proclamação de Curitiba,
Capital Americana da Cultura 2003”**

Jornal Gazeta do Povo

As Entidades Culturais e Educacionais, governamentais e não-governamentais, que esta subscrevem, com

o apoio dos Poderes Públicos Executivo e Legislativo Municipais, ínlitos representantes do Povo de Curitiba,

I - Considerando

1.1.) que, a iniciativa de criar a Capital Americana da Cultura teve origem no ano 1985, quando a ex-ministra da Cultura da Grécia, Sra. Melina Mercouri, apresentou ao Conselho de Ministros da União Européia a proposta da criação do programa Capital da Cultura, como um complemento à União Pública e Econômica dos Estados da Comunidade Européia e que, tal como aconteceu em 1896, quando foram reiniciados os Jogos Olímpicos Mundiais, Atenas, a Capital da Grécia, no ano de 1985, também teve a honra de ser designada a 1ª Capital Européia da Cultura, sendo as subseqüentes as cidades mais importantes da Europa;

1.2) que, a organização internacional Não Governamental “Capital Americana da Cultura”, foi criada em janeiro de 1997, com os seguintes objetivos: - contribuir para um melhor conhecimento entre os Povos da América; projetar a Cultura Americana aos demais Continentes do Mundo; incentivar o florescimento cultural de todos os Países do Continente Americano, respeitando a sua diversidade nacional e regional; colocar em relevo, ao mesmo tempo, o patrimônio cultural comum; favorecer o aprimoramento e difusão da Cultura e da História dos Povos da América; conservar e proteger os respectivos patrimônios culturais; incentivar os intercâmbios culturais e a criação artística e literária entre os povos dos 35 países que integram a Organização dos Estados Americanos - OEA, inclusive o Brasil e os EE.UU;

1.3) que, em 1º de janeiro do ano de 2000, um Júri internacional escolheu a cidade Mérida (Yucatán - México), como primeira Capital Americana da Cultura, sendo que, para 2001, foi eleita a cidade de Iquique (Chile) e, para o ano de 2002, a cidade brasileira de Maceió, Alagoas;

1.4) que, na Sessão Solene de Encerramento da XV “Conferência Inter - Parlamentar América Latina - União Européia” Cimeira, realizada na cidade chilena de Val Paraíso, no dia 26 de abril de 2001, presidida pelo Exmo. Sr. Presidente da República do Chile, Ricardo Lagos e com a presença da Exma. Sra. Presidente do Parlamento da União Européia, Nicole Fontaine, foi lida a Ata Final da Cimeira, na qual se expressa o apoio dos Parlamentos Latino-Americano e da Europa, à instituição Capital Americana da Cultura - CAC, apoio também oferecido pela Unesco, através do Subdiretor Geral para a Cultura, Munir Boucbenaki;

1.5) que, Curitiba, uma das cidades do Brasil mais admiradas por contar com o IPPUC e com um avançado Planejamento Urbanístico; pelo alto nível de qualidade de vida, pelo respeito à Ecologia; por ter a universidade mais antiga do Brasil - a Universidade Federal do Paraná - UFPR, fundada em 1912, cujo edifício central foi eleito em plebiscito como símbolo da Cidade de Curitiba; por possuir mais quatro universidades, tais sejam: a Pontífica

Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, a Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, o Centro Universitário Positivo - UnicenP, o Centro Universitário Campos de Andrade - Uniandrade; por possuir tradicionais entidades culturais, tais como a Academia Paranaense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, o Centro de Letras do Paraná, o Centro Paranaense Feminino de Cultura, a Acadêmia de Cultura de Curitiba, Academia de Letras José de Alencar, o Círculo de Estudos Bandeirantes, o Movimento Poético Paranaense e muitas outras importantes entidades educacionais, culturais e cívicas, possui sobras de mérito para ser a Capital Americana da Cultura do ano 2003;

1.6) que, o Movimento Pró-Paraná, que congrega as organizações Não Governamentais de Curitiba e do Estado, representado pelos Comitês “Cívico - Cultural”, e de “Relações Institucionais”, aprovou o projeto “Curitiba, Capital Americana da Cultura 2003”, o qual apresentado e debatido em reunião no Círculo de Estudos Bandeirantes, no dia 25 de abril, recebeu a aprovação e apoio das Entidades Educacionais e Culturais acima citadas;

1.7) que Curitiba, nos seus primórdios habitada por nossos indígenas e, posteriormente, por nossos descobridores portugueses e outros cidadãos oriundos da Europa, África e Ásia e também, modernamente, oriundos de diversas nações do Continente Americano, os quais, sob os pontos de vista sócio-político-econômico-cultural e religioso, edificaram uma sociedade eminentemente pluralista e universalista, constituí-se em um magnífico exemplo urbano de convivência fraternal e pacífica entre povos das mais diferentes raças, culturas e religiões;

1.8) que, no ano 2003, Curitiba comemorará o seu sesquicentenário como Capital do Estado do Paraná, conjuntamente com a celebração do sesquicentenário do Estado do Paraná, constituindo-se, portanto, em incomparável oportunidade histórica para ostentar o título de Capital Americana da Cultura 2003;

1.9) que, em 25/06/2001, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Cássio Taniguchi, em correspondência CT.043/2001 - EM, confirmando a recepção do Projeto “Curitiba, Capital Americana da Cultura 2003”, comunicou aos coordenadores dos Comitês Cívico-Cultural e de Relações Internacionais do Movimento Pró-Paraná, “estar envidando os maiores esforços para a realização desse Projeto”;

1.10) que, através do ofício nº 1512/2001 - DAPDCT de 29/08/2001, o Exmo. Vereador João Cláudio Derosso, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicava “o apoio incondicional ao Movimento Pró-Paraná, na candidatura de Curitiba para que seja a “Capital Americana da Cultura 2003”;

1.11) que, no dia 05/02/2002, o Exmo. Sr. Xavier Tudela Presidente da Organização não Governamental “Capital Americana da Cultura” comunicou ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Curitiba Cássio Taniguchi, que Curitiba foi eleita por um Júri Internacional como a Capi-

tal Americana da Cultura 2003, coroando-se assim quase um ano de trabalhos do Movimento Pró-Paraná e da Fundação Cultural de Curitiba;

1.12) que, o Movimento Pró-Paraná, presidido pelo Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho e apoiado pela egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de seus Comitês Cívico-Cultural e de Relações Institucionais, promoveu a elaboração e debate do Projeto “Curitiba, Capital Americana da Cultura 2003”, o qual foi oficialmente apoiado pelos Poderes Públicos Executivo e Legislativo Municipais, sente-se no dever de fazer a seguinte proclamação;

II - Proclamação aos Povos e Nações de toda a Humanidade

Nós, curitibanos, paranaenses, brasileiros e descendentes de imigrantes de todas as partes da Terra, que temos o privilégio de viver fraternal e pacificamente na cidade de “Curitiba, Capital Americana da Cultura 2003”, comunidade eminentemente pluralista e universalista, com a mente, o coração e a alma impregnados dos mais puros sentimentos de Liberdade, Fraternidade e Paz, temos a excelsa honra e o prazer de convidar a todos os Cidadãos do Continente Americano e de todas as Nações do Mundo, a visitarem Curitiba durante o ano de 2003, a fim de, convivendo conosco, certificarem-se pessoalmente de que é possível construirmos, todos juntos, uma nova Civilização já no século XXI, o grande portal do III Milênio:

“A Civilização do Amor e da Paz”
Curitiba, 14 de março de 2002.

(aa) Des. LUÍS RENATO PEDROSO
Movimento Pró-Paraná - Comitê Cívico Cultural - Coord.
Dr. TÚLIO VARGAS
Academia Paranaense de Letras - Pres.
Des. LUÍS RENATO PEDROSO
Centro de Letras do Paraná - Pres.
Des. LUÍS RENATO PEDROSO
Academia de Cultura de Curitiba - Pres.
Dr. APOLLO TABORDA FRANÇA
Movimento Poético Paranaense - Pres.
Dr. CARLOS ROBERTO A. DOS SANTOS
Universidade Federal do Paraná - UFPR - Reitor
Prof. ORIOVISTO GUIMARÃES
Centro Universitário Positivo - UnicenP
Prof. JOSÉ CAMPOS DE ANDRADE
Centro Universitário de Campos de Andrade - Uniandrade
Reitor
Eng. Civil e Adm. IVO ARZUA PEREIRA
Movimento Pró-Paraná
Comitê de Relações Institucionais - Coord.
Dr. LAURO GREIN FILHO
Instituto Histórico e Geográfico - Pres.
Profa. CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN
Centro Paranaense Feminino de Cultura - Pres.
Irmão CLEMENTE IVO JULIATO
Círculo de Estudos Bandeirantes - Pres.
Irmão CLEMENTE IVO JULIATO
Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC-PR - Reitor
Prof. SYDNEY LIMA SANTOS (in memoriam)
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP - Reitor
Vereador ÂNGELO BATISTA
Câmara Municipal de Curitiba